

PLANO DIRETOR PARTICIPATIVO DE VIDAL RAMOS

VOLUME II – DIAGNÓSTICO, PROPOSTAS E DIRETRIZES

ELABORAÇÃO:

AMA VI – Associação dos Municípios do Alto Vale do Itajaí

DIRETORIA 2008

Presidente: Paulo Cezar Schlichting da Silva – Agrolândia

1º Vice-Presidente: Ivo Adami – Presidente Getúlio

2º Vice-Presidente: Odenir Felizari* - Rio do Oeste

Secretário Geral: Hugo Lembeck - Salete

1º Secretário: Vilmar Zandonai – Aurora

Tesoureiro Geral: Vanderlei Voltolini – Presidente Nereu

1º Tesoureiro: José Goetten de Lima* - Taió

CONSELHO FISCAL

Edna Beltrame Gesser* – Dona Emma

Milton Hobus* - Rio do Sul

Neri Fermينو - Imbuia

SUPLENTE DO CONSELHO FISCAL

Paul Zerna – Witmarsum

Lourival Lunelli* – Vitor Meireles

Fernando Luiz Hoffmann* – Trombudo Central

SECRETARIO EXECUTIVO

Agostinho Senem

ASSESSORIA TÉCNICA

Dr. Luiz Alberto de Souza – Arquiteto e Urbanista

RESPONSÁVEL TÉCNICO

Fabiana Meurer - Arquiteta e Urbanista – Crea/SC 063288-7

PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDAL RAMOS

Av. Jorge Lacerda, 1.180 – Centro – Fone/Fax: (47) 3356-1122 – CEP: 88443-000

prefeitura@vidalramos.sc.gov.br

www.vidalramos.sc.gov.br

Prefeito Municipal: **Nabor José Schmitz**

Vice-Prefeita: **Zenir Schmitz Boing**

CÂMARA DE VEREADORES

Francisco Santo Stolfi – Presidente da Câmara

Odilmar de Souza

Lauro Backes

Mario Machado

Laércio da Cruz

Hilário Kuneski
Almir Schmitz
Edílson Luiz Boing
Osmar Simon

EQUIPE DA PREFEITURA (Decreto Municipal nº 1.279/07)

Edílson Luiz Boing
Vilson dos Anjos
Francisco Schmitz

NÚCLEO GESTOR DE PLANEJAMENTO TERRITORIAL

(nomeado pelo Decreto Municipal nº 1.284 de 08.05.2007)

Flávio Majolo - EPAGRI
Leandro Gerônimo Lyra - CASAN
Laércio da Cruz - Câmara de Vereadores
Odilmar de Souza - Câmara de Vereadores
Vilson dos Anjos – Setor de Tributação
Alcebíades Pedro Will – Secretaria Municipal da Agricultura
Camilo R. Correa Bastos - Secretaria Municipal da Agricultura
Dílson Leandro - Representante de Movimentos Populares
Zenir Schmitz Boing - Representante de Movimentos Populares
Valmir Barni - Representante de Movimentos Populares
Édio Fritze - Representante de Movimentos Populares
Daniel da Cruz - Representante de Movimentos Populares
Fabrício Heymanns - Representante de Movimentos Populares
Orlando Petry – Câmara de Dirigentes Lojistas de Vidal ramos
Celso Eifler - Sindicato dos Trabalhadores Rurais
Nelson Back - Entidades Acadêmicas e de Pesquisa
Maurina Doerner – Comunidade Kolping
Nelson Boing – Comunidade Kolping

COLABORAÇÃO

Edílson Luiz Boing – Gerente Administrativo
Cristini Lyra de Souza – Agente Administrativo
Maurício Henrique Kugler – Votorantim Cimentos Brasil Ltda
Graziela Farias Boing – Votorantim Cimentos Brasil Ltda
Virginia de Araújo Osório - Cartório de Registro Civil e Tabelionato

SUMÁRIO

Introdução.....	04
Metodologia.....	05
Lançamento Regional do Plano Diretor Participativo.....	06
Lançamento do Plano Diretor Participativo no Município.....	08
Levantamento de Dados.....	09
Diagnóstico.....	10
Propostas e Diretrizes.....	30
Elaboração do Projeto-de-lei.....	44
Entrega do Plano Diretor ao Poder Executivo Municipal.....	47
Material de Divulgação.....	48

INTRODUÇÃO

Nos termos do Estatuto da Cidade (Lei Federal nº 10.257/01), o Plano Diretor está definido como sendo **o instrumento básico para orientar a política de desenvolvimento e de ordenamento da expansão urbana de um município**. Ou seja, o Plano deve definir o melhor modo de ocupar o território de um município, prever os pontos onde se localizarão as atividades e todos os usos do espaço, presente e futuros.

Mesmo sem a exigência em lei da elaboração do Plano Diretor, todos os municípios do Alto Vale do Itajaí optaram por elaborar seu Plano Diretor Participativo em parceria com a AMAVI – Associação dos Municípios do Alto Vale do Itajaí.

Na primeira etapa foi realizada a compilação de uma série de dados sócio-econômicos e físico-territoriais referentes à realidade do município, reunidos no Volume I denominado Levantamento de Dados. Os dados levantados foram apresentados na forma de textos e tabelas formando um documento completo em si mesmo, que além de subsidiar a elaboração do Plano Diretor, servirá como fonte de consulta e referência tanto para a Administração Municipal como para a iniciativa privada.

O objetivo do Levantamento de Dados foi conhecer em profundidade todos os aspectos da vida de Vidal Ramos, de forma a embasar o Diagnóstico e as Propostas e Diretrizes, que são apresentadas no Volume II e expressas em forma de lei no terceiro e último volume deste trabalho.

As informações apresentadas no Levantamento de Dados do Plano Diretor possibilitaram análises setoriais mais detalhadas, mas não formaram uma visão de conjunto, holística e integrada, da cidade como um todo. Por este motivo é preciso sintetizar e inter-relacionar estes dados, o que foi feito no Volume II através de discussões com a população utilizando a metodologia CDP - Condicionantes, Deficiências e Potencialidades.

A partir desta análise geral é possível chegar a uma síntese global da realidade do município, o que possibilitou a elaboração das Diretrizes e Políticas Setoriais e das Propostas.

O Plano Diretor só será eficaz se fizer parte de um processo contínuo de planejamento, no qual, ao invés de improvisos, busca-se antecipar soluções, evitar problemas e assim preparar o futuro.

Uma vez aprovado, o Plano Diretor deve ser revisado periodicamente, para que permaneça atualizado, acompanhando o crescimento da cidade e adaptando-se às novas contingências. A cidade é dinâmica como um organismo vivo e o Plano Diretor deve estar apto para acompanhar este dinamismo.

METODOLOGIA

A elaboração do Plano Diretor, segundo o Estatuto da Cidade, Lei Federal nº10.257/2001 exige a participação efetiva de todos os cidadãos. É importante que as etapas sejam conduzidas, elaboradas e acompanhadas pelas equipes técnicas de cada prefeitura e pela sociedade civil organizada (associação de moradores, entidades de classe, ONG's, entidades profissionais, sindicatos e instituições que tradicionalmente falam diretamente aos cidadãos).

O Núcleo Gestor de Planejamento Territorial criado através de lei municipal e formado por representantes do poder público e da sociedade civil, foi o órgão responsável pelo acompanhamento da elaboração do Plano Diretor no município, e será responsável pelo controle e fiscalização da sua implementação.

Além das reuniões com o Núcleo Gestor, as audiências públicas também são requisitos obrigatórios no processo de discussão do Plano Diretor, sendo condição para validação da lei municipal que institui o Plano Diretor.

O Plano Diretor Participativo do Município de Vidal Ramos foi desenvolvido segundo as seguintes etapas:

- **1ª Etapa – Levantamento de Dados;**
- **2ª Etapa – Diagnóstico;**
- **1ª Audiência Pública** (discussão com a Comunidade das prioridades para o município e que viraram as Políticas Públicas Setoriais no Projeto-de-lei);
- **3ª Etapa – Propostas e Diretrizes;**
- **2ª Audiência Pública** (discussão das Propostas com a Comunidade);
- **4ª Etapa – Elaboração do Projeto de Lei.**

O cronograma geral de execução das etapas foi o seguinte:

- Lançamento Regional do Plano Diretor Participativo – 05/10/2005
- Lançamento do Plano Diretor Participativo no município – 26/10/2005
- 1º Etapa – Novembro 2005 a Setembro 2006
- 2º Etapa – Outubro 2006 a Setembro 2007
- 1ª Audiência Pública – 25/10/2007
- 3º Etapa – Novembro 2007 a Março 2008
- 2ª Audiência Pública – 24/04/2008
- 4º Etapa – Maio e Junho 2008
- Entrega do Plano Diretor ao Poder Executivo Municipal – 11/07/2008
- Sanção da Lei – 15/10/2008

LANÇAMENTO REGIONAL DO PLANO DIRETOR PARTICIPATIVO

Em reunião realizada no dia 5 de outubro de 2005 no Parque Universitário Norberto Frahm em Rio do Sul, a AMAVI fez o lançamento do projeto Plano Diretor Regional Participativo. Participaram do evento prefeitos, vereadores, secretários municipais, representantes da imprensa regional e comunidade. Para realização do projeto a região do Alto Vale do Itajaí foi dividida em cinco micro-pólos com sede nos municípios de Ibirama, Rio do Sul, Ituporanga, Taió e Trombudo Central. Durante a reunião os técnicos da AMAVI apresentaram o cronograma para execução do projeto em cada município. No Alto Vale do Itajaí somente o município de Rio do Sul possuía prazo limite para conclusão do plano, até outubro de 2006. Esta obrigatoriedade está relacionada ao número de habitantes, ou seja, municípios com população acima de 20 mil habitantes. Atalanta, Presidente Getúlio, Salete, Vidal Ramos, Rio do Oeste, Ibirama e Vitor Meireles também possuem exigência de elaborar o plano, porque se inscreveram junto ao Ministério do Turismo como municípios com potencial turístico, porém sem definição de prazo limite. Por definição da 2ª. Conferência Regional das Cidades do Alto Vale do Itajaí, os demais municípios também resolveram elaborar seu Plano Diretor. Segundo o presidente da AMAVI, prefeito Carlos Hoegen, esta reunião marca o início de um trabalho que deverá ser realizado com a participação dos diferentes segmentos da sociedade. "Através do conhecimento técnico que a equipe da AMAVI possui, e com a colaboração de todos vamos realizar um grande mutirão pelo Alto Vale".





LANÇAMENTO DO PLANO DIRETOR PARTICIPATIVO NO MUNICÍPIO

A visita da equipe da AMAVI, composto pelo Presidente da instituição e a coordenação Geral do Plano Diretor Participativo, ao município de Vidal Ramos aconteceu no dia 26 de Outubro de 2005, para a apresentação do arquiteto coordenador dos trabalhos no município, bem como para apresentar ao prefeito, secretários e líderes comunitários, a trajetória prevista pelo processo de planejamento territorial e a metodologia a ser utilizada na elaboração dos Planos Diretores.



LEVANTAMENTO DE DADOS

O levantamento de dados é a primeira etapa de elaboração do Plano Diretor Participativo, onde foram coletados uma série de dados sócio-econômicos e físico-territoriais referentes à realidade do município, e que estão reunidos no Volume I denominado Levantamento de Dados.

No final desta etapa, no dia 06 de Setembro de 2006, foi realizada uma reunião com representantes da Prefeitura Municipal para a apresentação do Levantamento de Dados, onde foi entregue uma cópia do Volume I e discussão dos dados apresentados.

Na sequência foi aberto espaço para discussão e identificação do perfil (vocações) do município com os presentes, com o slogan **“A cidade que temos e a cidade que queremos ter”**. **Qual o desenvolvimento pretendido de acordo com a realidade do município?**

A discussão resultou na identificação do perfil atual do município de Vidal Ramos como de **Município Agrícola com Potencial Turístico**, principalmente com relação ao Agroturismo.

Foi consenso dos presentes a intenção de que o perfil agrícola permaneça, mas que haja ações que incentivem o agricultor a permanecer na área rural e que auxiliem no desenvolvimento do turismo, principalmente o Agroturismo:

- Incentivo ao Agroturismo;
- Melhor desenvolvimento da área de agroindústrias que agreguem valor aos produtos produzidos no município;
- Melhor aproveitamento do Parque Municipal da Doce Festa;
- Melhoria do Acesso ao município.



DIAGNÓSTICO

O Diagnóstico é a segunda etapa na elaboração do Plano Diretor, onde é feita a interpretação dos dados levantados e a identificação dos problemas, conflitos e potencialidades do município. Por fim, são definidos os temas prioritários para a organização territorial do município.

Para a realização do Diagnóstico optou-se pela utilização da metodologia CDP, onde a sobreposição das informações obtidas permite lançar uma proposta mais precisa e de acordo com as necessidades da população.

A sistemática CDP (Condicionantes, Deficiências e Potencialidades), desenvolvida pelo órgão alemão GTZ, foi introduzida em Santa Catarina através do Gaplan (Gabinete de Planejamento do Estado), em 1983. Trata-se de um método de organização criteriosa e operacional de dados e fatos levantados, que facilitam a identificação de problemas e oportunidades, possibilitando apresentação de forma compreensível e de fácil visualização, sendo por este motivo um instrumento muito útil na discussão do Plano Diretor junto à comunidade.

Ao se adotar a metodologia CDP, classificam-se os dados levantados em três categorias básicas:

- **CONDICIONANTES:** São os elementos físicos do ambiente natural ou construído, ou planos e decisões existentes, com conseqüências futuras no ambiente físico-territorial, que determinam a ocupação e uso do espaço em estudo. As condicionantes figuram como restrições, impedimentos e obrigatoriedades. São elementos existentes ou projetados que não podem ou não devem ser alterados.
- **DEFICIÊNCIAS:** São situações de caráter negativo para o desempenho das funções urbanas e regionais e que significam estrangulamentos de caráter qualitativo e quantitativo para o desenvolvimento das áreas urbanas ou territoriais e suas comunidades. Geram demandas de recuperação e melhoria sendo, portanto, elementos que representam problemas que devem ser solucionados.
- **POTENCIALIDADES:** São elementos, recursos ou vantagens que até então não foram aproveitadas adequadamente e podem ser incorporados positivamente ao sistema urbano, sem a necessidade de grandes investimentos públicos. Geram demandas de inovação sendo, portanto, elementos que representam melhorias na qualidade de vida das cidades.

A finalidade deste processo de sistematização e avaliação das informações consiste em identificar as áreas de ação, da confrontação da situação atual com uma situação mínima desejável determinada pela política, pela comunidade, por órgãos setoriais e na determinação das medidas prioritárias para satisfazer eficientemente a esta demanda.

Partindo deste princípio, deve ser atribuída máxima prioridade às medidas de desenvolvimento que resultem na eliminação de deficiências, levando-se em consideração as condicionantes pré-existentes e ao mesmo tempo aproveitando as potencialidades ou recursos ao alcance da administração local.

Após a classificação de todos os dados nestas três categorias – lembrando que um item pode ser considerado simultaneamente como condicionante, deficiência e potencialidade – chegamos à determinação das prioridades de ação para o município.

A aplicação da metodologia C.D.P. no Plano Diretor de Vidal Ramos foi utilizada tanto na Leitura Técnica como na Leitura Comunitária. A Leitura Técnica foi realizada através de reuniões da equipe técnica da Amavi com a equipe de suporte da Prefeitura. A Leitura Comunitária foi realizada através de reuniões com o Núcleo Gestor do município e uma Audiência Pública com a comunidade.

Nas reuniões com o Núcleo Gestor foi feita a interpretação e discussão dos dados levantados e a identificação das Condicionantes, Deficiências e Potencialidades (C.D.P.) do município baseadas em 4 grandes temáticas: **1. Aspectos Socioeconômicos e Culturais, 2. Aspectos Físico-territoriais, 3. Infra-estrutura Social e 4. Infra-Estrutura Física** e por último foi realizada a identificação das prioridades e estratégias para o futuro do município. O resultado das reuniões de discussão do diagnóstico pode ser observado nas atas a seguir:

1ª Reunião do Núcleo Gestor de Planejamento Territorial do Município de Vidal Ramos

Data: 17/05/2007

Horário: 15:00 hs

Local: Câmara de Vereadores

Pauta do Dia: **Esclarecimentos sobre o Plano Diretor, metodologia de elaboração e formas de participação; Apresentação das atribuições do Núcleo Gestor e Definição do seu Regimento Interno.**

Nº de Participantes: 15 pessoas

Ata da 1ª Reunião com o Núcleo Gestor de Planejamento Territorial do Município de Vidal Ramos: Aos 17 de maio de 2007, às 15:00 horas, na Câmara de Vereadores do Município de Vidal Ramos, reuniram-se os membros do Núcleo Gestor de Planejamento Territorial do município, nomeados através do Decreto Municipal nº 1.284/07, para sua primeira reunião. A pauta da reunião, conduzida pela Arquiteta Coordenadora do Plano Diretor do município, Fabiana Meurer, foi a seguinte: 1. Esclarecer o que é o Plano Diretor, sua metodologia de elaboração e as formas de participação. 2. Apresentar quais são as atribuições do Núcleo Gestor 3. Definição do seu Regimento Interno. Após uma explanação rápida sobre o que é o Plano Diretor, qual a metodologia adotada para a sua elaboração no município, e as atribuições e formas de participação dos membros do Núcleo Gestor durante o processo de elaboração do Plano Diretor municipal, foi aberta a palavra livre aos membros para discussão da pauta e esclarecimento de dúvidas sobre o assunto apresentado. O Sr. Leandro G. Lyra,

representante da CASAN, falou da importância do Plano Diretor para o município e ressaltou a responsabilidade dos membros do núcleo em repassar os assuntos debatidos nas reuniões para a sua entidade, bem como promover discussões internas na sua instituição, para que nas reuniões do núcleo expressem não só a sua opinião, mas também a da entidade que representam. O Sr. Laércio da Cruz, vereador do município, sugeriu que as matérias que forem levadas à discussão, sejam apresentadas de forma bem simples, considerando que a maioria dos membros do núcleo é leigo no assunto Plano Diretor. Com relação à definição do Regimento Interno do Núcleo Gestor, foi entregue uma proposta elaborada pela AMAVI para discussão com os membros. A maioria achou mais apropriado levar a cópia de proposta do regimento para ser analisado, e aprová-lo na próxima reunião. A reunião foi assim encerrada às 15:45hs, estando presentes os seguintes membros, conforme lista de presença assinada em anexo. Vidal Ramos, 17 de maio de 2007.



2ª Reunião do Núcleo Gestor de Planejamento Territorial do Município de Vidal Ramos

Data: 14/06/2007

Horário: 15:00 hs

Local: Câmara de Vereadores

Pauta do Dia: Início da discussão do Diagnóstico do Plano Diretor Participativo, com os seguintes temas: 1. Aspectos Socioeconômicos e Culturais (Economia).

Nº de Participantes: 12 pessoas

Ata da 2ª Reunião com o Núcleo Gestor de Planejamento Territorial do Município de Vidal Ramos: Aos 14 de junho de 2007, às 15:00 horas, na Câmara de Vereadores do Município de Vidal Ramos, reuniram-se os membros do Núcleo Gestor de Planejamento Territorial do município, nomeados através do Decreto Municipal nº 1.284/07, para sua segunda reunião. A ordem da reunião foi a seguinte: **I – Definição do Regimento Interno do Núcleo Gestor:** Foi realizada a leitura da proposta de Regimento Interno elaborada pela AMAVI e entregue aos membros na última reunião. Apenas algumas alterações foram sugeridas ao Regimento proposto, ficando ele assim aprovado por unanimidade. Ficou definido, por exemplo, que as reuniões do núcleo serão realizadas ordinariamente uma vez por mês, na segunda quinta-feira do mês e terão duração máxima de 1:30 (uma hora e trinta minutos) prorrogáveis a critério dos membros. Para a operacionalização das atividades do NGPT, foi

eleito como Presidente Dílson Leandro, Representante de Movimentos Populares e como Vice-Presidente Laércio da Cruz, Representante do Poder Público Municipal. A Secretária do Núcleo será Fabiana Meurer, coordenadora do Plano Diretor no município, conforme definido no Art.4 da Lei Complementar nº25/07. **II - Início da discussão do Diagnóstico do Plano Diretor Municipal com a apresentação dos seguintes temas:** **1.Aspectos Socioeconômicos e Culturais (Economia, Turismo e Cultura):** A metodologia utilizada para a discussão foi a CDP – Condicionantes, Deficiências e Potencialidades, onde a secretária Fabiana Meurer apresenta as Condicionantes dentro de cada tema, sendo logo após aberto espaço para debate e sugestões com os presentes sobre as Deficiências e Potencialidades existentes. Como resultado da discussão do tema **1 – Aspectos Socioeconômicos e Culturais**, temos as seguintes tabelas:

Economia		
Setor Primário		
CONDICIONANTES	DEFICIÊNCIAS	POTENCIALIDADES
• economia baseada na agricultura (destaque para a produção de fumo, cebola e milho)	• monocultura (falta diversificação das culturas)	• Administração rural
• estrutura fundiária caracterizada por minifúndios	• falta de organização dos produtores	• Diversificação das culturas, (principalmente de verduras, hortaliças e frutas)
• predomínio do trabalho familiar	• falta de visão empreendedora	• políticas motivacionais
• cooperativa de produtores implantada	• comodismo dos produtores	• ampliação da produção de mel
	• falta corpo técnico para dar assistência continuada aos agricultores	• agregar valor aos produtos produzidos no município
	• falta de armazenagem para grãos	• produção orgânica
• pecuária classificada como de subsistência		• produção de ovos, frango caipira, ovinos e caprinos
• produção de leite tem crescido no município.		
• extração de argila para cerâmicas e porcelanato e de brita para construção civil		• maior reserva de calcário para cimento de SC

• extração vegetal ainda expressiva no município, (extração de pinus/eucalipto, lenha e madeira de lei em toras)	• extração de mata nativa	• extração vegetal de exóticas
Sector Secundário		
CONDICIONANTES	DEFICIÊNCIAS	POTENCIALIDADES
• Atividade industrial não tem muita expressão no município	• faltam incentivos	• Implantação da fábrica de cimento
	• localização geográfica do município	• treinamentos técnicos profissionalizantes
	• dificuldade de acesso ao município	• pavimentação asfáltica (Vidal Ramos-Botuverá; Vidal Ramos-Presidente Nereu)
	• falta de mão-de-obra especializada	
Sector Terciário		
CONDICIONANTES	DEFICIÊNCIAS	POTENCIALIDADES
• Atividades concentradas no centro da cidade	• setor dependente dos demais setores	
• setor voltado ao suprimento das necessidades básicas da população urbana e rural.	• dependente de centros maiores para produtos e serviços mais especializados	
	• apresenta períodos de sazonalidade nas vendas nas entressafras agrícolas	

O item de Turismo e Cultura não chegou a ser discutido por causa do adiantado da hora, ficando este tema para discussão na próxima reunião. **III - Encerramento** as 16:45 hs, ficando pré-agendada a próxima reunião

para o dia 29 de junho as 14:00hs, estando presentes os seguintes membros, conforme lista de presença assinada em anexo. Vidal Ramos, 14 de junho de 2007.



3ª Reunião do Núcleo Gestor de Planejamento Territorial do Município de Vidal Ramos

Data: 29/06/2007

Horário: 14:00 hs

Local: Câmara de Vereadores

Pauta do Dia: **Discussão do Diagnóstico do Plano Diretor Participativo, com os seguintes temas: 1.Aspectos Socioeconômicos e Culturais (Turismo e Cultura) e 2. Aspectos Físico-Territoriais (Geomorfologia e Meio Ambiente).**

Nº de Participantes: 13 pessoas

Ata da 3ª Reunião com o Núcleo Gestor de Planejamento Territorial do Município de Vidal Ramos: Aos 29 de junho de 2007, às 14:00 horas, na Câmara de Vereadores do Município de Vidal Ramos, reuniram-se os membros do Núcleo Gestor de Planejamento Territorial do município, para sua terceira reunião. A ordem da reunião foi a seguinte:

I – Discussão do Diagnóstico do Plano Diretor Municipal com a apresentação dos seguintes temas: 1.Aspectos Socioeconômicos e Culturais (Turismo e Cultura) e 2. Aspectos

Físico-Territoriais (Geomorfologia e Meio Ambiente).

A metodologia utilizada para a discussão foi a CDP – Condicionantes, Deficiências e Potencialidades, onde a secretária Fabiana Meurer apresenta as Condicionantes dentro de cada tema, sendo logo após aberto espaço para debate e sugestões com os presentes sobre as Deficiências e Potencialidades existentes.

Como resultado da discussão tem-se as seguintes tabelas:

1.3 Turismo		
CONDICIONANTES	DEFICIÊNCIAS	POTENCIALIDADES
• Município Potencialmente Turístico (Ministério das Cidades)		
• Grande potencial natural (matas, rios, cachoeiras, morros e cavernas)	• Potencial natural pouco explorado como turismo	• criação de unidade de conservação no Parque da Serra do Itajaí
• Doce Festa (principal evento do município)	• infra-estrutura turística, tanto hoteleira como gastronômica, ainda pequena	
• Roteiro Turismo Rural existente (em implantação)		• implantação do Roteiro Turístico
		• Divulgação e sinalização do roteiro
		• implantação de um Posto de informações turísticas
• Projeto “Acolhida na Colônia” de Agroturismo	• faltam incentivos econômicos específicos para o turismo	• segunda fonte de renda para muitos produtores do município

1.4. Cultura		
CONDICIONANTES	DEFICIÊNCIAS	POTENCIALIDADES
• Etnia colonizadora formada por alemães, italianos e poloneses		• criação de festival cultural; • manifestações culturais existentes;
• artesanato (bordados a mão, pinturas em tela e tecido, artesanato com retalhos, gamelas de madeira e bonecas de pano).	• falta de um local fixo para as exposições e venda do artesanato e comida típica;	• Criação de espaço para manifestações culturais, exposição e venda de artesanato (Centro cultural com auditório para apresentações);
• gastronomia (destaque para os doces, cucas, bolachas, geléias, tortas, licores entre outros), que fazem parte do tradicional Café Colonial.	• falta de um local para ensaios e apresentações artísticas;	• integrar os aspectos culturais ao roteiro turístico;

• Existem diversos corais, grupos de dança, além da Banda Municipal.	• dificuldade de transporte para as apresentações culturais;	• Criação de roteiros culturais e turísticos integrados entre os municípios;
• Na Arquitetura influência alemã nas edificações antigas existentes		• Sensibilização da comunidade para preservação do Patrimônio Histórico construído; • Criação de Lei Incentivo a Preservação do Patrimônio Histórico construído;
• Na religião, a Igreja Católica é a que predomina, mas também é expressiva a Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil.		

2. ASPECTOS FÍSICOS – TERRITORIAIS

2.1 Geomorfologia

CONDICIONANTES	DEFICIÊNCIAS	POTENCIALIDADES
• predomínio de solos originados de rochas sedimentares (argilosos, siltitos, folhelhos)	• solos altamente vulneráveis a erosão.	• Restringir a ocupação de encostas e nas áreas consideradas de risco, preservando-se as características originais dos terrenos.
	• possibilidade de deslizamentos e formação de diques.	• 20% da área das propriedades rurais devem ser áreas de preservação.
• O relevo que compõe o município apresenta grandes variações altimétricas (vales de fundo plano, limitados por encostas íngremes)		• Dada à sequência de morros, que em sua maioria ainda apresentam vegetação nativa, há um grande potencial em termos de preservação ambiental, turismo ecológico e prática de esportes radicais.
• a ocupação do território deu-se nos fundos dos vales, seja com urbanização, seja com agricultura.		
• declividade bastante acidentada, condicionando a ocupação.		

2.2 Meio Ambiente

CONDICIONANTES	DEFICIÊNCIAS	POTENCIALIDADES
• Uso do Solo e da Água	• Contaminação do solo e da água pelo uso indiscriminado de agrotóxicos	• controle do uso de agrotóxicos
	• Poluição com esgotos	• Implantação de Estação de Tratamento de Efluentes (ETE's)
	• lixo depositado inadequadamente (principalmente na área rural)	• Implantar programas de educação ambiental
	• áreas de preservação permanente degradadas	• recuperação de áreas de preservação permanente degradadas
	• diminuição do nível dos rios	• Criação de unidades de Conservação
	• erosão	• desenvolver o plantio direto
	• enxurradas e enchentes	

	<ul style="list-style-type: none"> • retificação (desvio) rios • dragagem dos rios • barragem (construção de açudes) • falta de fiscalização 	
• Reflorestamentos espalhados pelo município (eucalipto)		
• Parque Nacional da Serra do Itajaí (Decreto Federal nº04/04)		
• Nascente do Rio Itajaí -Mirim	• Degradação da mata nativa ao longo das nascentes (área do Assentamento e reflorestamentos próximos)	• Criação de área de preservação ao longo das nascentes do Rio Itajaí Mirim
• convênio entre Prefeitura e FATMA para licenciamento ambiental		
• Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente - COMDEMA.	<ul style="list-style-type: none"> • conselho não é muito atuante, não realizando reuniões periódicas • falta de um departamento municipal forte para orientar e fiscalizar 	

II - Encerramento as 16:00 hs, ficando pré-agendada a próxima reunião para o dia 12 de julho as 14:00hs, estando presentes os

seguintes membros, conforme lista de presença assinada em anexo. Vidal Ramos, 29 de junho de 2007.



4ª Reunião do Núcleo Gestor de Planejamento Territorial do Município de Vidal Ramos

Data: 12/07/2007

Horário: 14:00 hs

Local: Câmara de Vereadores

Pauta do Dia: **Discussão do Diagnóstico do Plano Diretor Participativo dos seguintes temas: 3. Infra-estrutura Social (Educação, Saúde, Assistência Social, Segurança, Esporte e Lazer).**

Nº de Participantes: 08 pessoas

Ata da 4ª Reunião com o Núcleo Gestor de Planejamento Territorial do Município de Vidal Ramos: Aos 12 de julho de 2007, às 14:00 horas, na Câmara de Vereadores do Município de Vidal Ramos, reuniram-se os membros do Núcleo Gestor de Planejamento Territorial do município, para sua quarta reunião. A ordem da reunião foi a seguinte: I – Discussão do Diagnóstico do Plano Diretor Municipal com a apresentação dos seguintes temas: 3. Infra-estrutura Social (Educação, Saúde, Assistência Social, Segurança, Esporte

e Lazer). A metodologia utilizada foi à mesma das reuniões anteriores (CDP – Condicionantes Deficiências e Potencialidades), onde a secretária Fabiana Meurer apresenta as Condicionantes dentro de cada tema, sendo logo após aberto espaço para debate e sugestões com os presentes sobre as Deficiências e Potencialidades existentes.

Como resultado da discussão tem-se as seguintes tabelas:

3.1 Educação		
CONDICIONANTES	DEFICIÊNCIAS	POTENCIALIDADES
<ul style="list-style-type: none"> Colégio, escolas e creches existentes 	<ul style="list-style-type: none"> Poucas vagas ociosas para Creche (0 a 3 anos) 	<ul style="list-style-type: none"> ampliação a curto prazo na Creche Cecília Peixe Frutuoso e ampliação e reforma na E.M. Padre Heriberto Hartmann;
	<ul style="list-style-type: none"> Poucas vagas ociosas para o Ensino Médio 	<ul style="list-style-type: none"> a médio prazo ampliação da E.E.F. João Alberto Schmid com implantação do Ensino médio;
	<ul style="list-style-type: none"> Falta de cursos técnicos e profissionalizantes 	<ul style="list-style-type: none"> ampliação da E.E.B. Cacilda Guimarães;
	<ul style="list-style-type: none"> Ensino Médio só na área urbana 	<ul style="list-style-type: none"> ampliação da E.E.F. Rodolfo Fink
		<ul style="list-style-type: none"> ampliação da E.M. Germano Schaefer ou implantação de uma nova instituição de ensino (Centro ao Salseiro)
<ul style="list-style-type: none"> Biblioteca Pública Municipal 	<ul style="list-style-type: none"> Apresenta pouco espaço físico para as atividades desenvolvidas; 	<ul style="list-style-type: none"> Ampliação e informatização da Biblioteca Pública Municipal
	<ul style="list-style-type: none"> Biblioteca não é informatizada 	
<ul style="list-style-type: none"> Cursos superiores (extensão de outras universidades) 		
3.2 Saúde		
CONDICIONANTES	DEFICIÊNCIAS	POTENCIALIDADES
<ul style="list-style-type: none"> Hospital e 1 unidade de saúde no centro 	<ul style="list-style-type: none"> poucas consultas especializadas pelo SUS 	<ul style="list-style-type: none"> ampliação do Hospital para o atendimento básico da população

	<ul style="list-style-type: none"> falta de exames de média complexidade II e III pelo SUS (a cota do município é pequena em relação a demanda). exames não disponibilizados como a radiologia 	<ul style="list-style-type: none"> ampliação da Unidade de Saúde com implantação de mais um consultório odontológico, uma sala de raio-X, sala de fisioterapia, além da ampliação da farmácia básica ampliação do pronto socorro da unidade de saúde
<ul style="list-style-type: none"> convênio com a Cooperativa de Saúde do Alto Vale (em andamento) 	<ul style="list-style-type: none"> exames de alto custo como Gastroenteriologia, Urologia, Ortopedia, Otorrinolaringologia, Gineco-Obstetrícia, Cirurgia Geral (pelo SUS), exames ultrassom, eletrocardiograma e Raio-X 	<ul style="list-style-type: none"> A aquisição de equipamentos como Raio-X e ultrassom
<ul style="list-style-type: none"> Programa de Saúde da Família (PSF) 	<ul style="list-style-type: none"> difficuldade de atendimento apresentada pelo SAMU. 	<ul style="list-style-type: none"> aquisição de mais duas ambulâncias

3.3. Assistência Social e Habitação

CONDICIONANTES	DEFICIÊNCIAS	POTENCIALIDADES
<ul style="list-style-type: none"> Centro de Recuperação – Cervida (para homens dependentes químicos) - em fase de ampliação 	<ul style="list-style-type: none"> não há orfanatos, asilos, ou abrigos, sendo necessário o encaminhamento para outros municípios. 	
	<ul style="list-style-type: none"> à violência doméstica, alcoolismo, desemprego, a pobreza e a falta de saneamento básico. 	<ul style="list-style-type: none"> Melhor estruturação do setor social Implantação de Programas de saneamento (com sistemas alternativos de tratamento)
	<ul style="list-style-type: none"> focos de sub-moradia 	<ul style="list-style-type: none"> Implantação de programas de casas populares (preferencialmente isoladas); programas para famílias com renda maior
	<ul style="list-style-type: none"> déficit habitacional em torno de 600 unidades, sendo que na área rural esse déficit é de 400 famílias aproximadamente 	<ul style="list-style-type: none"> Regulamentação do trabalho dos catadores de lixo
<ul style="list-style-type: none"> Conjuntos Habitacionais existentes (COHAB I e II) 	<ul style="list-style-type: none"> COHAB-I apresenta algumas sub-moradias, além da área não ser regularizada 	<ul style="list-style-type: none"> Regularização do conjunto habitacional COHAB I e II
<ul style="list-style-type: none"> 2 assentamentos modelo do Incra: Águas Cristalinas (40 famílias) e Itajaí-Mirim, (20 famílias) 	<ul style="list-style-type: none"> Assentamento não regularizado; Algumas edificações não possuem energia elétrica 	

3.4. Segurança

CONDICIONANTES	DEFICIÊNCIAS	POTENCIALIDADES
<ul style="list-style-type: none"> Polícia Civil 	<ul style="list-style-type: none"> Não possui presídio, apenas selas provisórias aumento no consumo de álcool e drogas (principalmente dos jovens) Efetivo policial reduzido 	<ul style="list-style-type: none"> Ampliação do efetivo policial de pelo menos mais um comissário ou investigador
<ul style="list-style-type: none"> Polícia Militar 	<ul style="list-style-type: none"> Efetivo policial reduzido 	<ul style="list-style-type: none"> Ampliação do efetivo policial
<ul style="list-style-type: none"> Guarnição do Corpo de Bombeiros, sendo atendidos pelo município de Ituporanga. 		

3.5. Esporte e Lazer		
CONDICIONANTES	DEFICIÊNCIAS	POTENCIALIDADES
• escolinhas de futebol de salão e de campo		
• Ginásios e quadras de Esportes existentes	• poucas opções de lazer para os jovens e crianças	• implantação de quadras cobertas nas comunidades
• Praças existentes (Praça da Prefeitura, Praça Nereu Ramos e Praça Vendolino Kuhnen)	• as praças na maioria não possuem espaço físico para a prática do lazer.	• implantação de praças, parques, quadra de tênis, além de mais um ginásio esportivo no Centro
• clube Esportivo Fluminense (particular)		• implantação de um salão de eventos no Centro
• Parque Ecológico da Doce Festa	• poucas áreas verdes para uso da população	• implantação de ciclovia ao longo da Rua Santa Cruz e rodovia BR-486 (trecho do Perímetro Urbano)

II - Encerramento as 15:45 hs, ficando pré-agendada a próxima reunião para o dia 09 de Agosto as 14:00hs, estando presentes os seguintes

membros, conforme lista de presença assinada em anexo. Vidal Ramos, 12 de julho de 2007.

5ª Reunião do Núcleo Gestor de Planejamento Territorial do Município de Vidal Ramos

Data: 09/08/2007

Horário: 14:00 hs

Local: Câmara de Vereadores

Pauta do Dia: **Discussão do Diagnóstico do Plano Diretor Participativo dos seguintes temas: 4. Infra-estrutura Física (Sistema Viário, Saneamento, Energia Elétrica e Comunicação).**

Nº de Participantes: 10 pessoas

Ata da 5ª Reunião com o Núcleo Gestor de Planejamento Territorial do Município de Vidal Ramos: Aos 09 de Agosto de 2007, às 14:00 horas, na Câmara de Vereadores do Município de Vidal Ramos, reuniram-se os membros do Núcleo Gestor de Planejamento Territorial do município, para sua quinta reunião. A ordem da reunião foi a seguinte:

I – Discussão do Diagnóstico do Plano Diretor Municipal com a apresentação dos seguintes temas: 4. Infra-estrutura Física (Sistema

Viário, Saneamento, Energia Elétrica e Comunicação).

A metodologia utilizada foi à mesma das reuniões anteriores (CDP – Condicionantes Deficiências e Potencialidades), onde a secretária Fabiana Meurer apresenta as Condicionantes dentro de cada tema, sendo logo após aberto espaço para debate e sugestões com os presentes sobre as Deficiências e Potencialidades existentes. Como resultado da discussão tem-se as seguintes tabelas:

4. INFRA-ESTRUTURA FÍSICA		
4.1. Sistema Viário		
CONDICIONANTES	DEFICIÊNCIAS	POTENCIALIDADES
• Rodovias Estaduais que cortam o município: SC – 427, SC – 428, SC - 429	• Falta de acostamento ao longo da SC-427	• implantar uma 3ª pista na SC-427 (trecho da subida da Serra)
	• Rodovia SC – 429 não é pavimentada	• A médio prazo a pavimentação da SC-429
	• falta de ciclovia, acostamento e calçadas ao longo da Rua Santa Cruz e Avenida Gilberto Comandolli	• prever a longo prazo, uma nova ligação entre Vidal Ramos e Leoberto Leal (via Molungu) até a SC-428
		• Melhorar as condições de acostamento e iluminação das rodovias estaduais

• Rodovia Federal que corta o município: BR-486	• Rodovia BR-486 não é pavimentada no trecho entre Vidal Ramos e Botuverá	• pavimentação da BR-486 (trecho Vidal Ramos a Botuverá) a curto prazo, sendo uma nova alternativa de ligação com o litoral e o Médio Vale
• malha viária do centro é semi-ortogonal	• largura das ruas é pequena (entre 7,0 e 9,0 metros)	• Prever recuos maiores ao longo da SC-427 e BR-486
• vias principais: Rua Santa Cruz, Avenida Jorge Lacerda, Avenida Gilberto Comandolli e Rua Leoberto Leal	• Ruas sem previsão de alargamento (concentração das atividades ao longo das ruas)	• melhoria dos trevos de acesso ao município
• binário formado pela Avenida Jorge Lacerda e Rua Augusto Stoltenberg.	• maiores conflitos de trânsito são observados atualmente na área rural do município.	• Prever mais ligações do centro a BR – 486.
• definição da largura mínima das ruas e calçadas definidas pela Lei nº407/79	• hierarquia viária não definida oficialmente	• Revitalização da Avenida Jorge Lacerda, com melhoria dos passeios, dos estacionamentos e implantação de mobiliário urbano
• cruzamentos com ilhas ou canteiros canalizadores do tráfego (não foram identificados pontos de conflito de trânsito no Centro)	• Má conservação, inexistência ou sub-dimensionamento de passeios (principalmente na Rua Pedro Weber)	• implantação de ciclovia, acostamento e melhoria dos passeios ao longo da Rua Santa Cruz e BR-486 (trecho do Centro até o parque) e Avenida Gilberto Comandolli
• transporte coletivo funcionam com características intermunicipais	• Não há Terminal Rodoviário no município	• prever nova ponte ligando a Avenida Jorge Lacerda a Rua Rodolfo Prim
• ponto de parada de ônibus, localizado junto a uma lanchonete	• não há baias para o estacionamento dos ônibus, nem sala de espera	• Prever localização de um terminal Rodoviário (ao longo da BR-486)

4.2. Saneamento

Abastecimento de Água

CONDICIONANTES	DEFICIÊNCIAS	POTENCIALIDADES
• tratamento e abastecimento de água realizada pela Companhia Catarinense de Águas e Saneamento – CASAN	• Regiões não atendidas próximas ao perímetro urbano (ao longo da BR-486)	• Proteção da área da nascente da captação (criação de uma reserva ambiental municipal)
• ponto de captação na Cachoeira da Santa Cruz, localizada as margens da SC-427.	• capacidade do sistema (captação, tratamento, reservação e abastecimento) saturado	• buscar um novo manancial de captação (Riozinho)
• ETA (Estação de Tratamento de Água) localizada na Rua Leandro José Lyra		• ampliação de todo o sistema de abastecimento de água a curto prazo

Esgoto

CONDICIONANTES	DEFICIÊNCIAS	POTENCIALIDADES
• Utilização de fossa séptica e filtros anaeróbios, principalmente a ligada à rede pluvial ou cursos d'água	• periodicidade de manutenção e eficiência do sistema fossa e filtro	• Implantação de Programas de saneamento (com sistemas alternativos de tratamento)
	• 34% da população não possuem nenhum sistema de tratamento de esgoto	

Drenagem

CONDICIONANTES	DEFICIÊNCIAS	POTENCIALIDADES
----------------	--------------	-----------------

<ul style="list-style-type: none"> sistema de micro-drenagem (rede coletora pluvial com caixas coletoras tipo boca-de-lobo) 	<ul style="list-style-type: none"> rede de drenagem sub-dimensionada em alguns pontos ruas com problemas de alagamento "vala" de drenagem existente que corta grande parte do perímetro urbano e causa alagamentos 	<ul style="list-style-type: none"> Implantação de galeria de drenagem pluvial e fluvial no centro
--	---	--

Resíduos Sólidos

CONDICIONANTES	DEFICIÊNCIAS	POTENCIALIDADES
<ul style="list-style-type: none"> Coleta e transporte de lixo realizada pela prefeitura municipal (destino final Aterro Sanitário em Brusque) 	<ul style="list-style-type: none"> coleta de lixo atende a 100% dos domicílios da área urbana. 	<ul style="list-style-type: none"> Ampliar o sistema de coleta seletiva para a área rural do município
<ul style="list-style-type: none"> Centro de triagem, localizado no Parque Ecológico da Doce Festa 	<ul style="list-style-type: none"> Na área rural o principal destino do lixo é ser queimado ou enterrado. 	<ul style="list-style-type: none"> prever novo local para o Centro de Triagem com espaço para compostagem
	<ul style="list-style-type: none"> custo da manutenção do centro de triagem, do transporte e do destino final do lixo 	<ul style="list-style-type: none"> criação de programas de conscientização da população para a reciclagem de lixo
<ul style="list-style-type: none"> lixo hospitalar coletado por empresa terceirizada 	<ul style="list-style-type: none"> falta de conscientização das famílias em separar e depositar os resíduos de forma seletiva para a coleta 	

4.3 Energia Elétrica

CONDICIONANTES	DEFICIÊNCIAS	POTENCIALIDADES
<ul style="list-style-type: none"> Abastecimento da CELESC – sub-estação em Ituporanga 	<ul style="list-style-type: none"> baixa tensão registrada em alguns pontos da cidade 	<ul style="list-style-type: none"> Ampliação da rede de energia as margens da rodovia BR-486
<ul style="list-style-type: none"> Iluminação pública atende praticamente todas as ruas do perímetro urbano do município. 	<ul style="list-style-type: none"> Iluminação pública é ruim ou inexistente em algumas ruas 	<ul style="list-style-type: none"> melhorar a capacidade e a qualidade da energia fornecida ao município
<ul style="list-style-type: none"> linha de Transmissão de Alta Tensão (525 Kv) passando pela localidade de Fazenda Rio Bonito 		<ul style="list-style-type: none"> Ampliação da rede para atender a nova demanda que será gerada com a implantação da fábrica de cimento

4.4 Comunicação

CONDICIONANTES	DEFICIÊNCIAS	POTENCIALIDADES
<ul style="list-style-type: none"> município conta com serviços de telefonia fixa e celular fixa a telefonia fixa atende a praticamente todas as ruas do perímetro urbano telefonia celular fixa atende, principalmente, a zona rural 		<ul style="list-style-type: none"> definir áreas adequadas para instalação futura de torres de telefonia celular.
<ul style="list-style-type: none"> agência Correios e Telégrafos localizada no Centro 	<ul style="list-style-type: none"> distribuição das correspondências feita apenas no perímetro urbano 	<ul style="list-style-type: none"> ampliar entrega de correspondências para a área rural
<ul style="list-style-type: none"> retransmissão de TV é realizada por uma repetidora 		<ul style="list-style-type: none"> numeração das casas na área rural
<ul style="list-style-type: none"> 02 torres de comunicação (01 repetidora e 01 antena de rádio) 		

II - Encerramento as 16:00 hs, ficando pré-agendada a próxima reunião para o dia 13 de Setembro as 14:00hs, estando presentes os

seguintes membros, conforme lista de presença assinada em anexo. Vidal Ramos, 09 de Agosto de 2007.



6ª Reunião do Núcleo Gestor de Planejamento Territorial do Município de Vidal Ramos

Data: **13/09/2007**

Horário: **14:00 hs**

Local: **Câmara de Vereadores**

Pauta do Dia: **Discussão sobre ampliação do Perímetro Urbano e Eleição das Prioridades e Estratégias do Diagnóstico.**

Nº de Participantes: **14 pessoas**

Ata da 6ª Reunião com o Núcleo Gestor de Planejamento Territorial do Município de Vidal Ramos: Aos 13 de Setembro de 2007, às 14:00 horas, na Câmara de Vereadores do Município de Vidal Ramos, reuniram-se os membros do Núcleo Gestor de Planejamento Territorial do município, para sua sexta reunião. O prefeito Municipal Nabor José Schmitz também se fez presente na reunião. A ordem da reunião foi a seguinte: I – Discussão sobre ampliação do Perímetro Urbano; II - Eleição das Prioridades e Estratégias do Diagnóstico

Como resultado da discussão tem-se as seguintes prioridades:

1. Aspectos socioeconômicos e Culturais Economia

1. Diversificação das culturas, (principalmente de verduras, hortaliças e frutas) que podem ser aproveitadas pela agroindústria de conservas existente no município. A produção de ovos de codorna e mel também deveriam ser incentivadas dado a falta do produto para alimentar as agroindústrias do município;

2. Incentivo à produção orgânica, bem como a produção de leite, ovos, frango caipira, ovinos e caprinos;

3. Incentivo ao desenvolvimento de agroindústrias, que agregam valor aos produtos produzidos no município;

4. Implantação de políticas motivacionais e de administração rural;

5. Oferecer assistência técnica continuada aos agricultores;

6. Disponibilizar ambiente para a armazenagem dos grãos produzidos;

7. Estímulo à extração vegetal de espécies exóticas, com objetivo de evitar a extração de mata nativa;

8. Incentivos à implantação da fábrica de cimento;

9. Implantação de área industrial com incentivos à implantação de empresas.

10. Criação de cursos técnicos profissionalizantes para preparar a mão-de-obra existente;

11. Pavimentação asfáltica dos trechos entre Vidal Ramos - Botuverá e Vidal Ramos -

Presidente Nereu facilitando o acesso ao município e o escoamento da produção;

Turismo

1. Incentivo ao desenvolvimento do turismo rural e do ecoturismo com a prática de esportes radicais, dada à sequência de morros existentes, que em sua maioria ainda apresentam vegetação nativa;
2. Implementação do Roteiro Turístico existente, juntamente com a divulgação e sinalização do roteiro;
3. Implantação de um Posto de informações turísticas;
4. Incorporação do Parque da Serra do Itajaí ao Roteiro Turístico;
5. Implementação do projeto “Acolhida na Colônia” de Agroturismo, que pode se tornar uma segunda fonte de renda para muitos produtores do município.

Cultura

1. Implantação de um Centro Cultural com anfiteatro para os ensaios e apresentações culturais;
2. Implantação de museu e portal turístico para a exposição e venda de artesanato e da comida típica;
3. Integração das manifestações culturais do município ao roteiro turístico;
4. Disponibilizar transporte aos grupos culturais para as apresentações em outros municípios;
5. Criação de festival cultural com aproveitamento das manifestações culturais existentes;
6. Criação de roteiros culturais e turísticos integrados entre os municípios vizinhos;
7. Sensibilização da comunidade para preservação do Patrimônio Histórico construído;
8. Criação de Lei de Incentivo a Preservação do Patrimônio Histórico construído.

2. Aspectos Físico-Territoriais

Geomorfologia

1. Restringir a ocupação de encostas e de áreas consideradas de risco, preservando-se as características originais dos terrenos;
2. Reservar o percentual de 20% da área das propriedades rurais como áreas de preservação.

Meio Ambiente

1. Controle do uso de agrotóxicos;
2. Implantação de Estação de Tratamento de Efluentes (ETE's);
3. Implantar programas de educação ambiental;
4. Recuperação de áreas de preservação permanente degradadas e alteradas;
5. Criação de Unidades de Conservação;
6. Desenvolvimento do plantio direto;
7. Criação de área de preservação ao longo das nascentes do Rio Itajaí Mirim, preservando e recuperando a mata ciliar.

8. Criação da Secretaria Municipal de Meio Ambiente para orientar e fiscalizar o cumprimento da Legislação Ambiental e Sanitária vigente.

3. Infra-Estrutura Social

Educação

1. Previsão de ampliação a curto prazo da Creche Cecília Peixe Frutuoso e Reforma e Ampliação da E.M. Padre Heriberto Hartmann ambas localizadas do centro;
2. A médio prazo ampliação e implantação de ensino médio na E.E.F. João Alberto Schmid do Campestre;
3. Com a implantação da fábrica de cimento e a expectativa que a população irá aumentar consideravelmente já registramos a necessidade de ampliação da E.E.F. Rodolfo Fink do Chapadão do Tigre; da E.E.B. Cacilda Guimarães do Centro e da E.M. Germano Schaefer do Salseiro ou implantação de uma nova instituição de ensino no Centro ou no Salseiro se a E.M. Germano Schaefer vier a ser desativada.
4. Ampliação e informatização da Biblioteca Pública Municipal
5. Instalação de núcleos de capacitação profissional

Saúde

1. Ampliação da Unidade de Saúde do centro com implantação, entre outras coisas, de mais um consultório odontológico, uma sala de raio-X, sala de fisioterapia, além da ampliação da farmácia básica e do pronto socorro da unidade.
2. Ampliação do Hospital para o atendimento básico da população;
3. Aquisição de equipamentos como Raio-X e ultrassom para a melhoria do atendimento da saúde do município;
4. Aquisição de mais duas ambulâncias, para a melhoria do transporte dos pacientes, dada a dificuldade de atendimento apresentada pelo SAMU;
5. Definição de uma nova área para o cemitério municipal.

Assistência Social

1. Melhor estruturação do setor social do município, melhorando o atendimento a comunidade e possibilitando a implantação de mais programas sociais;
2. Implantação de Programas de Saneamento Básico em todo o município (com sistemas alternativos de tratamento);
3. Implantação de programas de casas populares preferencialmente para unidades isoladas, com programas também para as famílias com renda maior;

4. Regularização Fundiária dos conjuntos habitacionais COHAB I e II;
5. Regulamentação do trabalho dos catadores de lixo;
6. Implantação da casa da Cidadania.

Esporte e Lazer

1. Implantação de quadras cobertas nas comunidades;
2. Implantação de praças, parques, quadra de tênis, além de mais um ginásio esportivo no Centro, com pista olímpica de Atletismo;
3. Implantação de um salão de eventos no Centro;
4. Implantação de ciclovia ao longo da Rua Santa Cruz, Avenida Gilberto Comandoli e na Rodovia BR-486 (trecho do Perímetro Urbano).

Segurança

1. Ampliação do efetivo policial da Polícia Civil e Militar

4. Infra-Estrutura Física

Sistema Viário

1. A curto prazo a pavimentação da Rodovia BR-486, trecho Vidal Ramos - Botuverá, ajudando no desenvolvimento da região e sendo uma nova alternativa de ligação do Alto Vale com o litoral e o Médio Vale;
2. A curto prazo a pavimentação da SC-429, de Vidal Ramos a Presidente Nereu;
3. Prever a longo prazo, uma nova ligação entre Vidal Ramos e Leoberto Leal (via Molungu) até a SC-428;
4. Implantação de 3ª pista na SC-427 (trecho da subida da Serra);
5. Melhorar as condições de acostamento e iluminação das rodovias estaduais que cortam o município;
6. Fiscalização e controle de carga ao longo das rodovias que cortam o município;
7. Prever recuos (faixas de domínio) ao longo da SC-427 e BR-486;
8. Melhoria dos trevos de acesso ao município;
9. Reurbanização da Avenida Jorge Lacerda com padronização do revestimento dos passeios, implantação de mobiliário urbano, além da criação de baias de estacionamento;
10. Previsão de mais vias de ligação do centro a Rodovia BR - 486;
11. Implantação de ciclovia, acostamento e melhoria dos passeios ao longo da Rua Santa Cruz, Avenida Gilberto Comandoli e BR-486 no trecho do trevo de acesso ao perímetro urbano até o Centro Integrado de Estudos Culturais e Ecológicos;

12. Prever nova ponte ligando a Avenida Jorge Lacerda a Rua Rodolfo Prim;
13. Prever localização de um terminal Rodoviário (ao longo da BR-486).

Saneamento

1. Ampliação em curto prazo de todo o sistema de abastecimento de água (captação, tratamento, reservação e abastecimento);
2. Busca um novo manancial de captação de água;
3. Proteção da área da nascente da captação através da criação de uma reserva ambiental municipal;
4. Incentivo a implantação de cisternas para a reservação da água da chuva;
5. Implantação de Programas de Saneamento para o tratamento do esgoto domiciliar, com adoção inclusive de sistemas alternativos de tratamento;
6. Implantação de galeria de drenagem pluvial no centro
7. Ampliar o sistema de coleta seletiva do lixo para a área rural do município;
8. Criação de programas de conscientização da população para a reciclagem de lixo;
9. Prever novo local para o Centro de Triagem de lixo com espaço para compostagem;
10. Criação de Programa de controle a larva do borrachudo.

Energia Elétrica

1. Melhoria da capacidade e da qualidade da energia fornecida ao município;
2. Ampliação da rede de energia às margens da Rodovia BR-486.

Comunicação

1. Implantação de torres de telefonia celular;
2. Implantação da rádio comunitária;
3. Ampliar entrega de correspondências para a área rural;
3. Sinalização das comunidades e numeração das casas na área rural.

5. Estrutura Administrativa

1. Criação de Secretaria Municipal de Planejamento e Fiscalização;
2. Oficialização das localidades do município;
3. Ampliação do perímetro urbano.

III - Encerramento as 16:30 hs, estando presentes os seguintes membros, conforme lista de presença assinada em anexo. Vidal Ramos, 13 de Setembro de 2007.



Na conclusão desta etapa as prioridades definidas pelo Núcleo Gestor foram apresentadas e discutidas com a comunidade na 1ª Audiência Pública.

1ª Audiência Pública do Plano Diretor de Vidal Ramos

Data: **25/10/2007**

Horário: **14:00 hs**

Local: **Comunidade Kolping**

Objetivo: **Apresentar os resultados da etapa de Diagnóstico do Plano Diretor Municipal, acolher sugestões sobre o tema e eleger as prioridades de ação para o futuro do município.**

Nº de Participantes: **104 pessoas assinaram a lista de presença.**

Regulamento 1ª Audiência Pública:

14:00– 14:30hs

1) Abertura com apresentação dos componentes da Mesa, os objetivos da Audiência Pública e a leitura das Normas que regerão a sessão – **30 minutos.**

14:30 – 15:30hs

2) Apresentação das principais características do município e dos resultados do Diagnóstico do Plano Diretor Municipal aos presentes – **1 hora.**

15:30 – 16:15hs

3) Espaço para sugestões e questionamentos manifestados pelos presentes – **45 minutos.**

16:15 – 16:30hs

4) Encerramento da Audiência Pública.

Ata da Primeira Audiência Pública do Plano Diretor do Município de Vidal Ramos:

Aos vinte cinco dias do mês de outubro do ano de dois mil e sete, às catorze horas, realizou-se na comunidade Kolping localizada na Rua Gerônimo Back, centro, Vidal Ramos (SC), a primeira audiência pública do Plano Diretor do município de Vidal Ramos, abordando os resultados da etapa de diagnóstico do Plano Diretor e elegendo as prioridades de ação para o futuro do município, encerrando assim a segunda etapa do trabalho. A audiência foi aberta pelo mestre de cerimônia senhor Edilson Luiz Boing que convidou as seguintes autoridades e lideranças presentes para comporem a mesa de abertura: Nabor José Schmitz, prefeito municipal; Zenir Schmitz Boing, vice-prefeita municipal; Laércio da Cruz, representante do núcleo gestor e vereador municipal; Almir Schmitz, vereador municipal; Glauco Fernando Jost, representante da empresa Caruso Júnior, que esta no município fazendo um estudo do impacto ambiental para a instalação da empresa Votorantin no município. Na sequência o senhor Nabor José Schmitz fez o uso da palavra para os pronunciamentos introdutórios de praxe. A seguir desfez-se a mesa de abertura passando-se a compor a mesa a coordenadora dos trabalhos a senhora Fabiana Meurer, arquiteta da AMAVI. A senhora Fabiana coordenadora do Plano Diretor no município, iniciou a apresentação da caracterização do município, procedida de explanação sobre a finalidade da audiência e as

definições do Plano Diretor. Logo em seguida foram apresentados os resultados da etapa de diagnóstico do Plano Diretor municipal aos presentes, composto pelas prioridades de ação para o futuro do município, baseados em quatro grandes temáticas: Aspectos sócio-econômicos e culturais, aspectos físico-territoriais, infra-estrutura social e infra-estrutura física. Na sequência, foi aberto espaço para sugestões e questionamentos manifestados pelos presentes em face do conteúdo apresentado, encaminhados a mesa coordenadora sendo eles: O prefeito municipal Nabor José Schmitz falou que as prioridades apontadas até o presente momento não são plano de governo e nem irão acontecer de imediato. Salientou que algumas das prioridades irão acontecer de imediato como a reforma da Escola Municipal Pe. Heriberto Hartmann, Casa da Cidadania, implantação de núcleos para capacitação profissional e portal turístico e museu. A vice-prefeita municipal, senhora Zenir Schmitz Boing inicialmente cumprimentou a todos e frisou que a população vidalramense está com grande expectativa sendo importante colher a sugestão de todos. Parabenizou o núcleo gestor que tomou a iniciativa e já incorporou ao Plano algumas prioridades. A senhora Zenir sugeriu na área da economia inserir a comercialização de doces fabricados em nosso município no comércio local, aproveitar melhor o potencial turístico do município com a elaboração de um

roteiro turístico, implantação de escola profissionalizante no ensino médio; construção de um espaço físico sendo este um centro de lazer para a terceira idade; criação de novas secretarias como a de turismo e comércio. O senhor Edílson Luiz Boing falou que é necessário canalizar recursos para transformar a antiga igreja matriz em auditório; implantação de uma rádio comunitária no município, definição urgente de uma área industrial, levando em consideração a instalação da Votorantin. O senhor Nelson Back se manifestou dizendo que faz parte do Núcleo Gestor para a elaboração do Plano Diretor, sendo que foi muito importante estudar a realidade do município como um todo, sugerindo a implantação de ensino médio a curto prazo nas localidades de Campestre e Chapadão do Tigre; continuação da Escola Germano Shaffer em período integral. O senhor Juarez Kuhn sugeriu a implantação de educação infantil na escola da localidade de Chapadão do Tigre; implantação de uma política municipal de recolhimento de embalagens de agrotóxicos; aumento da área do perímetro urbano em direção da área da Votorantin; incentivos para a implantação da TV Bela Aliança no município. A senhora Carmen Lúcia Lunelli sugeriu para fazer a implantação do museu nas dependências da antiga igreja matriz, conservando sua beleza original; criação com urgência da Secretaria de Meio Ambiente. A senhora Catarina dos Anjos se manifestou solicitando mais incentivo para o CEJA, que trabalha com educação de adultos. Salientou que é preciso investir em recursos pedagógicos e tecnológicos. O senhor Hilário Kuneski sugeriu melhorias de imediato no trevo de acesso a localidade de Campestre na SC 427; incentivo e apoio para as Associações de Agricultores e Cooperativas no meio rural; incentivo e apoio aos Clubes de mães; apoio e incentivo aos jovens que estudam na Escola Agrotécnica de Rio do Sul; incentivo a produção de mudas exóticas e nativas. A senhora Isolange Boing sugeriu a implantação de cursos profissionalizantes para adolescentes e desta forma poder trabalhar na condição de aprendiz; criação de mais vagas na área social. O senhor Laércio da Cruz se manifestou em nome do núcleo gestor agradecendo todo o poder público e a arquitetura da AMAVI. Salientou que o núcleo gestor fez seis reuniões bem participativas. Frisou que algumas das prioridades apontadas já estão sendo implantadas. Sugeriu para dar total prioridade ao sistema viário do município, que é um grande anseio da população. O senhor Jaison Boing sugeriu a criação da secretaria municipal de Desenvolvimento Econômico e Sustentável; criação da Secretaria de Planejamento; reforma e ampliação do ginásio municipal de esportes; criação da fundação municipal de esportes; criação de escolinhas de esportes priorizando

diversas modalidades. A senhora Erna Bett Jonck sugeriu incentivo aos edificadores para construir prédios com apartamentos e não apenas quitinetes; construção da casa mortuária; local próprio com telefone para os taxistas do município; implantação de vigilância sanitária atuante. O senhor Nelson Boing sugeriu a criação de uma lei de ISS que com diversas alíquotas para os mais diversos setores do município; redução de alíquotas com diferenciação para alguns tipos de serviços; implantação no perímetro urbano de passeios para caminhadas; criação de uma estrada rural modelo onde os agricultores poderiam vender seus produtos aos visitantes, valorizando desta forma o Ecoturismo. O prefeito municipal Nabor José Schmitz falou que o ISS será revisto juntamente com a criação da Secretaria Municipal de Indústria e Comércio. O senhor Leandro Lyra se manifestou agradecendo o empenho do núcleo gestor. Falou que todas as inclusões de prioridades parecem estar longe, mas muitas serão contempladas muito em breve. Sugeriu também incentivo imediato ao turismo rural e ao Ecoturismo; abertura de rodovias com pavimentação para facilitar o turismo; criação de cooperativas de agricultores, definição de um lugar de preservação com uso correto da área, levando a ser um potencial turístico. O senhor Edílson Luiz Boing falou que está sendo muito importante à colaboração das pessoas. Frisou que é necessário planejar para não haver problemas futuros. Salientou que esta é a oportunidade para a população apresentar os problemas existentes. A senhora Maria da Glória de Souza Floriani sugeriu a criação de uma rota gastronômica com a finalidade de atrair turistas; sugeriu também incentivos aos agricultores na produção de alimentos, evitando desta forma comprar fora do município. A senhora Camelita de Souza se manifestou pedindo a proteção de Deus na elaboração do Plano Diretor para que futuramente nossos jovens se orgulhem do município. O senhor Juarez Kuhn solicitou a implantação de proteção lateral na serra da SC 427. O senhor Fábio Barni solicitou qual será a abrangência da área urbana. A senhora Fabiana Meurer falou que inicialmente está previsto até no Parque Ecológico, no prolongamento da Rua Nicolau Petry e no prolongamento da Rua Pedro Weber. Nada mais havendo a tratar, o mestre de cerimônias, por volta das dezesseis e trinta horas, deu por encerrada a audiência, gravando-se em áudio a mesma e lavrando-se a presente ata, para fins de atendimento ao inciso V, art 8º da Resolução CONCIDADES 25/05, de 18.03.2005. Vidal Ramos, 25 de outubro de 2007.



PROPOSTAS E DIRETRIZES

Com base nas prioridades e estratégias definidas na Etapa de Diagnóstico parte-se para a elaboração das Propostas e Diretrizes para o município.

Para a elaboração das Propostas foram realizadas reuniões de discussão com o Núcleo Gestor do município dos seguintes itens: Macrozoneamento, Zoneamento Municipal e Urbano, definição de Índices e Parâmetros Urbanísticos, definição da Hierarquia do Sistema Viário e das larguras mínimas para ruas e passeios, definição de Áreas de Especial Interesse, discussão dos Instrumentos Jurídicos e Urbanísticos do Estatuto das Cidades.

No final desta etapa foi realizada a 2ª Audiência Pública de apresentação e discussão das propostas com a comunidade.

O resultado das reuniões de discussão da proposta pode ser observado nas atas a seguir:

1ª Reunião da Etapa de Proposta do Plano Diretor do Município de Vidal Ramos

Data: **14/11/2007**

Horário: **14:00 hs**

Local: **Câmara de Vereadores**

Pauta do Dia: **Avaliação da 1ª Audiência Pública do Plano Diretor Municipal**

Nº de Participantes: **12 pessoas**

Ata da 1ª Reunião da Etapa de Proposta do Plano Diretor do Município de Vidal Ramos: Aos catorze dias do mês de novembro do ano de dois mil e sete, às catorze horas, reuniram-se na sala de reuniões da Câmara de Vereadores do município de Vidal Ramos, os membros do Núcleo Gestor de Planejamento Territorial (NGPT) para a primeira reunião da etapa de Proposta do Plano Diretor. A pauta da reunião foi à avaliação da 1ª Audiência Pública do Plano Diretor Municipal realizada no dia vinte e cinco de outubro do corrente ano, onde foram recolhidas sugestões da comunidade quanto às prioridades de ação para o futuro do município. Das sugestões apresentadas, após analisadas e discutidas pelo grupo, temos as seguintes alterações das prioridades que haviam sido definidas na última reunião de diagnóstico: No tema **Economia** acrescentar novos itens: **12. Incentivo e apoio para as Associações de Agricultores e Cooperativas**; **13. Incentivo a ampliação da produção e da comercialização dos doces fabricados em nosso município no comércio local.** No Item 10. "Criação de cursos técnicos profissionalizantes para preparar a mão-de-obra existente"; acrescentar **"nos diversos setores"** e enfatizar a melhoria no atendimento aos clientes. No tema **Turismo** acrescentar novo item: **6. Criação de dois roteiros turísticos ao longo das rodovias de acesso: - RRT (Rodovia**

Rota Turística) – na rodovia entre Vidal Ramos – Leoberto Leal, passando pela comunidade de Molungu; e RDC (Rodovia do Calcário) – na rodovia entre Vidal Ramos e Botuverá. No Meio Ambiente, no Item 1. "Controle do uso de agrotóxicos"; substituir por "orientação e controle do uso de agrotóxicos" e acrescentar "fiscalização do recolhimento das embalagens de agrotóxicos"; ainda neste tema inserir novo item: 9. Incentivo a produção de mudas exóticas e nativas. No tema Educação no item 2, substituir "médio prazo" por "curto prazo" e acrescentar a implantação de ensino médio na E.E.F. Rodolfo Fink do Chapadão do Tigre também; no Item 3, a nova instituição de ensino para substituir a E.M. Germano Schaefer se esta vier a ser desativada deverá continuar funcionando em período integral; ainda no tema Educação inserir mais três itens: 6. Implantação de educação infantil na E.E.F. Rodolfo Fink de Chapadão do Tigre; 7. Implantação de programa para que os adolescentes possam trabalhar na condição de aprendiz; e 8. Melhoria dos recursos pedagógicos e tecnológicos do CEJA – Centro de Educação de Jovens e Adultos. Na Saúde no Item 5 – "Definição de uma nova área para o cemitério municipal" acrescentar **"e a construção de uma casa mortuária"; No tema Assistência Social e Habitação acrescentar dois novos itens: 7.**

Construção de um Centro de lazer para a terceira idade e 8. Incentivo e apoio aos clubes associativos e sem fins lucrativos. No **Esporte e Lazer** inserir mais três novos itens: 5. Reforma do ginásio municipal de esportes; 6. Criação da Fundação Municipal de Esportes e 7. Diversificação das modalidades esportivas nas escolinhas de base. No **Sistema Viário**, no item 9. “Reurbanização da Avenida Jorge Lacerda com padronização do revestimento dos passeios, implantação de mobiliário urbano, além da criação de bairros de estacionamento” acrescentar “Arborização da Avenida”; no item 4 “Implantação de 3ª pista na SC-427 (trecho da subida da Serra)”, acrescentar: “implantação de defesa lateral (Guard-rails)”; no item 8 – “Melhoria dos trevos de acesso ao município”, acrescentar “criação de trevo no acesso a localidade de Campestre na SC 427”; ainda no Sistema Viário inserir novo item: 14. Rever a sinalização de trânsito em todo o município. No **Saneamento** inserir três novos itens: 11. Criar

programas de incentivo a captação de água da chuva; 12. Aquisição de veículo coletor de resíduos de fossa (limpa fossa); e 13. Estudo de viabilidade para um consórcio entre municípios para o destino final dos resíduos sólidos (implantação de aterro sanitário na região); Na **Comunicação** acrescentar novo item: 5. Incentivos à implantação da TV Bela Aliança no município. E por fim, na temática 5 - **Estrutura Administrativa** acrescentar quatro novos itens: 4. Criação de Departamento Municipal do Meio Ambiente com funcionário específico habilitado; 5. Criação da Secretaria Municipal de Indústria, Comércio e Turismo; 6. Implantação de um setor de vigilância sanitária atuante e 7. Regulamentar os pontos de táxi no município. A reunião foi encerrada às 16:15 hs, estando presentes os seguintes membros, conforme lista de presença assinada em anexo. Vidal Ramos, 14 de Novembro de 2007.



2ª Reunião da Etapa de Proposta do Plano Diretor do Município de Vidal Ramos

Data: 06/12/2007

Horário: 14:00 hs

Local: Câmara de Vereadores

Pauta do Dia: **Definição do Macrozoneamento e Zoneamento Urbano**

Nº de Participantes: 10 pessoas

Ata da 2ª Reunião da Etapa de Proposta do Plano Diretor do Município de Vidal Ramos:

Aos seis dias do mês de dezembro do ano de dois mil e sete, às catorze horas, reuniram-se na Câmara de Vereadores do município de Vidal Ramos, os membros do Núcleo Gestor de Planejamento Territorial (NGPT) para a segunda reunião da etapa de Proposta do Plano Diretor. A pauta da reunião foi à definição do Macrozoneamento e do Zoneamento municipal. Antes do início da reunião, os alunos do E.E.B. Cacilda Guimarães, fizeram uma homenagem especial aos membros do Núcleo Gestor, agradecendo pelos trabalhos realizados este ano e desejando a todos um Feliz Natal. Logo após o término da homenagem a Arquiteta da AMAVI, Sra. Fabiana Meurer abriu a reunião explicando aos presentes a respeito do Macrozoneamento, que dividiu o município em três macrozonas: Macrozona de Proteção Especial, Macrozona Rural e Macrozona Urbana. Explicou também definições quanto ao Zoneamento e Índices Urbanísticos. Na sequência partiu-se para a discussão do Zoneamento, sendo definido primeiramente o Zoneamento da Área Urbana. Ficou definida como Zona de Preservação Permanente, destinada à proteção ambiental, faixas "non aedificandi" ao longo dos cursos d'água, sendo está uma faixa de quinze metros para cada lado, a partir das margens dos cursos d'água na área urbana, conforme Recomendação

nº02/PAP/01/03 do Ministério Público da Comarca de Ituporanga; e uma faixa de largura variável conforme a largura do curso d'água, segundo define o Código Florestal, Lei nº 4.771/65 na área rural. A Zona Comercial e de Prestação de Serviços 01, destinada ao uso comercial não atacadista e de prestação de serviços não especial, complementado pelo uso residencial, industrial de até pequeno porte e outros compatíveis, ficou definida como sendo uma faixa ao longo dos terrenos que fazem frente para a Rua Santa Cruz, Avenida Jorge Lacerda e Avenida Gilberto Comandoli. A Zona Comercial e de Prestação de Serviços 02, destinada ao uso comercial e de prestação de serviços de maior porte, uso industrial de pequeno e médio porte e outros compatíveis, ficou definida como sendo uma faixa ao longo dos dois lados da SCT-486. As demais áreas do perímetro urbano não compreendidas pelas faixas acima citadas ficam definidas como Zona Residencial, destinada ao uso residencial predominante, complementado pelo uso comercial vicinal, prestação de serviços leves, indústrias de até pequeno porte e outros compatíveis. Pelo adiantado da hora, a definição das zonas na área rural ficou para a próxima reunião, no início do mês de fevereiro de 2008. A reunião foi encerrada às 16:30 hs, estando presentes os seguintes membros, conforme lista de presença assinada em anexo. Vidal Ramos, 06 de Dezembro de 2007



3ª Reunião da Etapa de Proposta do Plano Diretor do Município de Vidal Ramos

Data: **07/02/2008**

Horário: **14:00 hs**

Local: **Câmara de Vereadores**

Pauta do Dia: **Definição do Zoneamento Rural**

Nº de Participantes: **13 pessoas**

Ata da 3ª Reunião da Etapa de Proposta do Plano Diretor do Município de Vidal Ramos:

Aos sete dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e oito, às catorze horas, reuniram-se na Câmara de Vereadores do município de Vidal Ramos, os membros do Núcleo Gestor de Planejamento Territorial (NGPT) para a terceira reunião da etapa de Proposta do Plano Diretor. A pauta da reunião foi à definição do Zoneamento da área rural do município. A Arquiteta da Amavi, Sra. Fabiana Meurer abriu a reunião lembrando aos presentes o que foi discutido na última reunião em dezembro do ano passado. Na sequência partiu-se para a discussão do Zoneamento Rural. Como resultado da discussão temos a definição das seguintes Zonas: A MACROZONA ESPECIAL (MZE) foi dividida nas seguintes zonas: Zona de Preservação Permanente (ZPP): são as áreas com declividades superior a 100%, terço superior dos morros, e as faixas ao longo dos cursos d'água e nascentes, respeitando-se as faixas de área de preservação permanente segundo define o Código Florestal Brasileiro, Lei nº 4.771/65; Zona Especial 2 (ZE2): são as áreas compreendida pelo Parque Nacional da Serra do Itajaí; Zona Especial 3 (ZE3): é a área reservada para a criação do Parque Municipal Chapéu das Águas; Zona Especial 4 (ZE4): são as áreas compreendidas pelos Assentamentos Modelo do Incra. A MACROZONA RURAL (MZR) ficou dividida nas seguintes zonas: Zona Rural 1 (ZR1): são as áreas predominantemente de produção primária, com baixa densidade habitacional, onde deve ser incentivadas as características rurais com estabelecimento de critérios adequados de manejo do solo; Zona Rural 2 (ZR2): são áreas de ocupação restrita, controlada ou proibida, por não oferecerem as condições mínimas de segurança, como as áreas consideradas de risco e as áreas

de declividade acentuada; Zona Rural 3 (ZR3): são as áreas destinadas a extração mineral, compreendidas pelas Mina do Tigre, Mina Bugre e seus respectivos depósitos de estéril e as áreas de extração de argila nas localidades de Anta Gordas e Rio das Pacas; Zona Rural 4 (ZR4): são as áreas destinadas em geral a tendência de concentração do uso industrial de até grande porte e de grande potencial poluidor e degradador. Zona Rural 5 (ZR5): é a área destinada à implantação da fábrica de cimento da Empresa Votorantim Cimentos Brasil Ltda; e a Zona Rural 6 (ZR6): são as áreas próximas do perímetro urbano atual e que apresentam potencial e/ou tendências de ocupação a médio e a longo prazo, devido à boa localização ao longo dos eixos viários ou a tendência de crescimento das expectativas urbanas. Os membros do NGPT solicitaram para a secretaria do Núcleo Sra. Fabiana Meurer elaborar um ofício dirigido ao Prefeito Municipal para que este requeira junto ao Governo do Estado de Santa Catarina, recursos para a implantação de uma terceira pista, adjacente e paralela a atual, ao longo da SC-427 no trecho da subida da Serra, desde a sede do município, passando pela localidade de Riozinho, até a localidade de Campestre. A presente solicitação se justifica por primar pela segurança das pessoas que trafegam regularmente por esta rodovia, considerando o aumento do transporte de carga que será gerado com a implantação da fábrica de cimento. Lembrando ainda que esta foi uma das prioridades elegidas para o município na 1ª Audiência Pública do Plano Diretor municipal realizada aos 25 de outubro de 2007. A reunião foi encerrada às 16:30 hs, estando presentes os seguintes membros, conforme lista de presença assinada em anexo. Vidal Ramos, 07 de Fevereiro de 2008



4ª Reunião da Etapa de Proposta do Plano Diretor do Município de Vidal Ramos

Data: **21/02/2008**

Horário: **14:00 hs**

Local: **Câmara de Vereadores**

Pauta do Dia: **Definição da Hierarquia do Sistema Viário Municipal**

Nº de Participantes: **11 pessoas**

Ata da 4ª Reunião da Etapa de Proposta do Plano Diretor do Município de Vidal Ramos:

Aos vinte e um dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e oito, às catorze horas, reuniram-se na Câmara de Vereadores do município de Vidal Ramos, os membros do Núcleo Gestor de Planejamento Territorial (NGPT) para a quarta reunião da etapa de Proposta do Plano Diretor. A pauta da reunião foi à definição da Hierarquia do Sistema Viário Municipal. A Arquiteta da Amavi, Sra. Fabiana Meurer abriu a reunião explicando aos presentes que as vias públicas abertas à circulação, de acordo com sua utilização, devem ser classificadas em Vias Arteriais, aquelas destinadas a atender com prioridade ao tráfego de passagem e secundariamente ao local, servindo altos volumes de tráfego; Vias Coletoras, aquelas destinadas tanto ao tráfego de passagem como ao tráfego local, funcionando normalmente como ligação entre as vias arteriais e locais; Vias Locais, aquelas destinadas ao tráfego local, permitindo acesso direto aos imóveis lindeiros, onde o tráfego de passagem deve ser desestimulado; e Vias Projetadas aquelas vias previstas para ampliação futura do sistema viário. A discussão iniciou-se com a definição da hierarquia viária na área rural do município, que ficou assim definida: 1 - **Vias**

Arteriais: a SC – 427, SC - 428, SC - 429, SCT - 486 e Estrada Geral Molungu. Nas Rodovias Estaduais o gabarito (largura) total mínima da via deverá ser de 60,0 m (sessenta metros), sendo 30,0 m (trinta metros) de faixa de domínio da rodovia e 30,0 m (trinta metros) de área “non aedificandi”, conforme Resolução do DEINFRA – Departamento Estadual de Infra-estrutura. A Estrada Geral Molungu deverá ter largura mínima total é de 25,0 m (vinte e cinco metros); 2 – **Vias Coletoras:** Estrada Geral Fazenda Rio Bonito, Estrada Geral Lembrança, Estrada Geral São Domingos, Estrada Geral Barnabé, Estrada Geral Campestre, Estrada Geral Rio das Pacas, Estrada Geral Alto Santa Luiza, Estrada Geral Santa Luiza e Estrada Geral Rio Fartura e que terão largura mínima total de 18,0 m (dezoito metros); 3 - As demais estradas e acessos na área rural serão classificadas como **Vias Locais** e terão largura mínima total de 12,0 m (doze metros). Na área rural não há nenhuma previsão de Via Projetada, somente a solicitação da pavimentação asfáltica das Rodovias SCT-486, SC-429 e a médio prazo da Estrada Geral Molungu, tornando-se está uma nova ligação entre Vidal Ramos e Leoberto Leal via SC-428.

Na área urbana as ruas foram classificadas como:

1 - **Vias Arteriais:** SCT - 486, Rua Santa Cruz, Avenida Jorge Lacerda (até o entroncamento com a Avenida Gilberto Comandolli), Avenida Gilberto Comandolli, Rua Nicolau Petry, Rua Leandro José Lyra, Rua Leoberto Leal, Rua Augusto Stoltenberg e Rua João Back Junior (até entroncamento com a Rua Augusto Stoltenberg). A largura mínima total definida para a SCT - 486 é de 30,0 m (trinta metros); para a Avenida Jorge Lacerda, Rua Santa Cruz e Avenida Gilberto Comandolli 18,0 m (dezoito metros) e as demais vias artérias 15,0 m (quinze metros), com passeio mínimo de 4,00 m (quatro metros) em cada lado nas Avenidas e de 2,50 m (dois metros e cinquenta centímetros) em cada lado nas demais ruas;

2 - **Vias Coletoras:** Rua Leo Juttel (considerando também seu prolongamento até a SCT - 486), Rua Constâncio Krummel, Rua Rodolfo Finck, Rua Pedro Weber (até o entroncamento com a Rua Augusto Klapot), Rua Augusto Klapot, Rua Santa Luiza (no trecho da SCT - 486 até o limite do perímetro urbano). Todas as vias coletoras deverão ter largura mínima total de 15,0 m (quinze metros), com passeio mínimo de 2,50 m (dois metros e cinquenta centímetros) em cada lado;

3 - As demais vias do perímetro urbano serão classificadas como **Vias Locais** e terão largura mínima de 13,0 m (treze metros) com passeio mínimo de 1,50 m (um metro e cinquenta centímetros) em cada lado;

4 - **Vias Projetadas:** a) prolongamento da Rua Leo Juttel até a SCT - 486; b) implantação de três novas vias ligando a Avenida Jorge Lacerda e a Rua Santa Cruz à SCT

- 486; c) prolongamento da Rua Pedro Weber margeando o Rio Itajaí Mirim, sendo ligada a Rua Nicolau Petry através da implantação de uma ponte sobre o Rio Itajaí Mirim, conforme mapas e croquis que acompanharam o projeto de lei. Ainda como proposta foi sugerida a implantação de ciclovia ao longo da Rua Santa Cruz desde o seu entroncamento com a Rua Claudino Ramos da Silva, passando por toda a extensão da Avenida Jorge Lacerda, seguindo pela área rural até a SCT-486, e seguindo por está até o local da futura implantação da fábrica de cimento. Para finalizar os membros do NGPT solicitaram para a secretaria do Núcleo Sra. Fabiana Meurer acrescentar ao ofício dirigido ao Prefeito Municipal, solicitando a implantação da 3ª pista ao longo da SC-427 junto ao Governo do Estado de Santa Catarina, a ampliação da rede de energia elétrica. Outra solicitação foi quanto a encaminhamento de pedido a AMAVI – Associação dos Municípios do Alto Vale do Itajaí para a disponibilização de profissional ou equipe técnica que possa analisar e dar parecer quanto ao EIA/RIMA da fábrica de cimento da Votorantim Cimentos Brasil Ltda e que os mesmos possam comparecer a próxima reunião do Núcleo Gestor para a discussão do assunto. A reunião foi encerrada as 16:00 hs, estando presentes os seguintes membros, conforme lista de presença assinada em anexo. Vidal Ramos, 21 de Fevereiro de 2008.



5ª Reunião da Etapa de Proposta do Plano Diretor do Município de Vidal Ramos

Data: 06/03/2008

Horário: 14:00 hs

Local: Câmara de Vereadores

Pauta do Dia: **Definição das Áreas de Especial Interesse Municipal**

Nº de Participantes: 13 pessoas

Ata da 5ª Reunião da Etapa de Proposta do Plano Diretor do Município de Vidal Ramos:

Aos seis dias do mês de março do ano de dois mil e oito, às catorze horas, reuniram-se na Câmara de Vereadores do município de Vidal Ramos, os membros do Núcleo Gestor de Planejamento Territorial (NGPT) para a quinta reunião da etapa de Proposta do Plano Diretor. A pauta da reunião foi a definição das Áreas de Interesse Especial. A Arquiteta da Amavi, Sra. Fabiana Meurer abriu a reunião explicando aos presentes o significado e a finalidade das Áreas de Interesse Especial, que são as áreas do território municipal que exigem tratamento especial na definição de parâmetros reguladores do uso e ocupação do solo, diferenciando-se do zoneamento usual. Em Vidal Ramos a proposta de Áreas de Interesse Especial foram baseadas nas prioridades definidas na etapa de diagnóstico e classificadas em: I - Áreas de Especial Interesse Urbanístico - AIU; II - Áreas de Especial Interesse Histórico e Cultural - AIHC; III - Áreas de Especial Interesse de Utilização Pública - AIUP; IV - Áreas de Especial Interesse Social - AIS; V - Áreas de Especial Interesse Turístico - AIT; VI - Área de Especial Interesse Ambiental - AIA. As **Áreas de Especial Interesse Urbanístico - AIU** são constituídas por áreas que demandem tratamento urbanístico próprio por sua expressão ou ainda por ser área degradada, necessitando de reestruturação urbana e serão classificadas nas seguintes categorias: **AIU 01** - são as estradas e rodovias que integram o sistema viário intermunicipal e tem prioridade de receber pavimentação asfáltica, facilitando o acesso ao município e o escoamento da produção (SCT-486, a SC-429 e a Estrada Geral Molungu); **AIU 02** - são as estradas e rodovias previstas para receber primeiramente melhorias nas ligações e interseções viárias municipais (SC-427, que deve receber melhorias e a implantação de uma terceira pista de rolamento; além dos trevos de acesso a área urbana e a localidade de Campestre); **AIU 03** - são as áreas centrais do município onde se há o interesse de reurbanização urbana (Avenida Jorge Lacerda). As **Áreas de Especial Interesse Histórico e Cultural - AIHC** são as áreas ou edificações com interesse de tratamento especial, por ser ponto de referência da paisagem enquanto testemunho da história local ou regional e serão classificadas nas seguintes categorias: **AIHC 01** - edificações

históricas que fazem parte do Projeto Roteiros Nacionais da Imigração, do Governo Federal (Casa Stontenberg, na localidade de Praça Stontenberg); **AIHC 02** - edificações inventariadas no município através do Projeto Resgate do Patrimônio Histórico do Alto Vale do Itajaí, no ano de 2006 (1. Casa do Ângelo Böing, no Centro; 2. Casa do Júlio Will, no Salseiro; 3. Igreja Antiga do Centro; 4. Antiga Casa Paroquial, Centro; 5. Hotel Tante Mila, no Centro; 6. Antiga Casa da Edite, no Centro; 7. Antiga Residência dos Padres, no Centro; 8. Casa de Osvaldo Kemper, no Salseiro; 9. Igreja do Salseiro; 10. Pinheiro Stoltenberg, na Praça Stoltenberg; 11. Igreja Evangélica no Centro; 12. Casa de Tranqüilo Dognini, no Centro e 13. Casa de Olga Koerich, no Centro); **AIHC 03** - edificações que possam ser revitalizadas para destinação prioritariamente às atividades culturais municipais, bem como as áreas onde o município tenha o interesse de ser utilizada para este fim (lote onde se localiza a Prefeitura Municipal, para a implantação de Museu e Biblioteca Municipal; Área contígua ao novo Parque da Doce Festa, para implantação de Centro Municipal de Recepção e Comercialização de produtos tradicionais). As **Áreas de Especial Interesse para Utilização Pública - AIUP** são as áreas que forem necessárias para a instalação de equipamentos comunitários ou infra-estrutura física, e serão classificadas nas seguintes categorias: **AIUP 01** - são as áreas de interesse de implantação, ampliação ou reforma de edificações públicas destinadas a atender a educação básica e profissionalizante do município; (Ampliação da E.E.F. João Alberto Schmid, do Campestre, da E.E.F. Rodolfo Fink, do Chapadão do Tigre e da E.E.B. Cacilda Guimarães do Centro); **AIUP 02** - são as áreas de interesse de implantação, ampliação ou reforma de edificações públicas destinadas a atender ao sistema de saúde pública municipal (Ampliação Posto de Saúde do Centro e Hospital); **AIUP 03** - trata-se das áreas de interesse de implantação de edificações públicas destinadas a atender a área social do município; (Lote na Rua Valter Rode para a implantação da Casa da Cidadania e lote na Rua João Gualberto Ribeiro para a implantação de Centro de Lazer da 3ª Idade); **AIUP 04** - trata-se das áreas de interesse de implantação, ampliação ou reforma de edificações públicas destinadas a

atender a área de esportes e lazer do município; (reforma do Ginásio municipal no Centro, implantação de quadras cobertas nas comunidades de Molungu e São Domingos). As **Áreas de Especial Interesse Social - AIS** são áreas que por suas características seja destinada à habitação da população de baixa renda e podem ser classificadas nas seguintes categorias: **AIS 1** - os loteamentos irregulares onde houver o interesse de regularização jurídica da posse da terra e a sua integração à estrutura urbana, de acordo com as diretrizes estabelecidas na legislação pertinente (Loteamentos COHAB I e II); **AIS 2** - lotes ou gleba ainda não edificados, subutilizados ou não utilizados, onde haja interesse público em elaborar programas habitacionais para a população de baixa renda. Nas AIS 2 poderão ser implantados loteamentos de interesse social destinado à produção de lotes urbanizados, com tamanho mínimo de 250,00 m² (duzentos e cinquenta metros quadrados), destinados ao assentamento de famílias cadastradas pelo Município de Vidal Ramos e que possuam renda familiar igual ou inferior a 03 (três) salários mínimos. As **Áreas de Especial Interesse Turístico - AIT** são constituídas pelos acessos, produtos e atrativos turísticos, e serão classificadas nas seguintes categorias: **AIT 01** - as estradas e rodovias de acesso a importantes atrativos e produtos turísticos, onde se há o interesse de criação de roteiros turísticos municipais (Rodovia Rota Turística - RRT, na rodovia entre Vidal Ramos e Leoberto Leal, passando pela comunidade de Molungu; Rodovia do Calcário - RDC, na rodovia entre Vidal Ramos e Botuverá, estendendo o roteiro até a comunidade de Fartura e Thiemen, dando acesso ao Parque Nacional da Serra do Itajaí); **AIT 02** - são os atrativos naturais e produtos turísticos existentes no município (Gruta Nossa Senhora de

Lurdes; Cachoeira Santa Cruz, Cachoeira do Alto Santa Luiza, Cachoeira Molungu, Caverna dos Índios, na divisa com o município de Leoberto Leal, Caverna do Ângelo Boing, Mirante na SC-427, Morro Chapéu do Sol, Morro da Tartaruga e Morro do Palácio). As **Áreas de Especial Interesse Ambiental - AIA** são as áreas necessárias à manutenção ou recuperação de recursos naturais e paisagísticos, bem como as que apresentem riscos à segurança e ao assentamento humano e classificam-se nas seguintes categorias: **AIA 01** - as áreas que deverão ter prioridade de receber ações e projetos de reflorestamento com espécies nativas, sendo nelas permitidas equipamentos para fins de lazer e turismo, desde que conservada a taxa de permeabilidade do solo igual ou superior a 70% (setenta por cento) (nascentes do Rio Itajaí Mirim e Parque Municipal Chapéu das Águas); **AIA 02** - área de proteção sanitária para futura implantação de centro de triagem de lixo conjuntamente com usina de compostagem, envolvendo uma faixa de 500 (quinhentos) metros ao redor deste equipamento (área na localidade de Macaco). Após a discussão das áreas de interesse especial, foi marcada reunião com técnico da assessoria ambiental da AMAVI - Associação dos Municípios do Alto Vale do Itajaí para apresentar parecer quanto ao EIA/RIMA da fábrica de cimento da Votorantim Cimentos Brasil Ltda para o dia 14 de março. Ao final da reunião foi entregue aos presentes uma tabela com as áreas de estacionamento mínimas para cada uso, que será discutida na próxima reunião, marcada para o dia 27 de março. A reunião foi encerrada às 16:00 hs, estando presentes os seguintes membros, conforme lista de presença assinada em anexo. Vidal Ramos, 06 de março de 2008



6ª Reunião da Etapa de Proposta do Plano Diretor do Município de Vidal Ramos

Data: 27/03/2008

Horário: 14:00 hs

Local: Câmara de Vereadores

Pauta do Dia: Instrumentos Jurídicos e Urbanísticos do Estatuto das Cidades

Nº de Participantes: 12 pessoas

Ata da 6ª Reunião da Etapa de Proposta do Plano Diretor do Município de Vidal Ramos:

Aos vinte e sete dias do mês de março do ano de dois mil e oito, às catorze horas, reuniram-se na Câmara de Vereadores do município de Vidal Ramos, os membros do Núcleo Gestor de Planejamento Territorial (NGPT) para a sexta reunião da etapa de Proposta do Plano Diretor. A Arquiteta da Amavi, Sra. Fabiana Meurer abriu a reunião explicando aos presentes sobre os instrumentos jurídicos e urbanísticos do Estatuto das Cidades, que visam promover uma melhor utilização do solo e induzir a ocupação de áreas já dotadas de infra-estrutura e de equipamentos sociais, aptas para urbanizar, evitando a expansão desnecessária do perímetro urbano para regiões não servidas de infra-estrutura ou àquelas consideradas frágeis sob o ponto de vista ambiental, de forma a garantir a função social da cidade e da propriedade. Os instrumentos urbanísticos discutidos com o grupo e que constaram na lei do Plano Diretor formam: **1. Do Parcelamento, Edificação Ou Utilização Compulsórios:** São passíveis de parcelamento, edificação ou utilização compulsórios os imóveis não edificados, subutilizados ou não utilizados que estejam localizados na área urbana do município. Para efeitos de utilização deste instrumento, será considerado solo urbano subutilizado, a propriedade urbana que não estiver cumprindo a sua função social conforme estipula o Plano Diretor ou Lei Complementar específica e que não esteja sendo utilizada para nenhuma finalidade econômica ou social. Os proprietários notificados deverão, no prazo máximo de 01 (um) ano a partir do recebimento da notificação, protocolar o projeto de parcelamento ou edificação. Os parcelamentos e edificações deverão ser iniciados no prazo máximo de 02 (dois) anos. Em caso de descumprimento destas condições, etapas e prazos estabelecidos, o Município poderá aplicar alíquotas progressivas do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU, pelo prazo de 05 (cinco) anos consecutivos, até que o proprietário cumpra com a obrigação de parcelar, edificar ou utilizar, conforme o caso. Decorridos os cinco anos de cobrança do IPTU progressivo sem que o proprietário tenha cumprido a obrigação de parcelamento, edificação ou utilização, o Município poderá proceder à desapropriação do imóvel, conforme prevê a legislação federal específica. Fica facultado aos

proprietários dos imóveis onde incide este instrumento e que não tenham condições de edificar em seus terrenos, de propor ao Executivo Municipal o estabelecimento da modalidade do Consórcio Imobiliário. **2. Da Transferência do Direito de Construir:** O proprietário de imóvel poderá exercer ou alienar, total ou parcialmente, mediante escritura pública, o potencial construtivo não utilizado no próprio lote, em outro local, mediante prévia autorização do Poder Executivo Municipal, quando se tratar de imóvel demarcado como de Área de Interesse Histórico Cultural ou Áreas de Interesse Ambiental, ou ainda imóvel utilizado por programas de regularização fundiária, urbanização de áreas ocupadas por população de baixa renda e habitação de interesse social. O potencial construtivo poderá ser transferido para qualquer imóvel situado na área urbana do município. **3. Da Outorga Onerosa do Direito de Construir:** o Município mediante lei complementar poderá liberar na área urbana do município de Vidal Ramos o direito de construir acima do coeficiente de aproveitamento básico adotado pelo Plano Diretor, mediante contrapartida a ser prestada pelo beneficiário. Este limite máximo não poderá ultrapassar os 8 (oito) pavimentos. **4. Das Operações Urbanas Consorciadas:** Considera-se operação urbana consorciada o conjunto de intervenções e medidas coordenadas pelo Poder Público municipal, com a participação dos proprietários, moradores, usuários permanentes e investidores privados, com o objetivo de alcançar em uma determinada área transformações urbanísticas estruturais, melhorias sociais e a valorização ambiental. Poderão ser previstas nas operações urbanas consorciadas, entre outras medidas a modificação de índices e características de parcelamento, uso e ocupação do solo e subsolo; ou a regularização de construções, reformas ou ampliações executadas em desacordo com a legislação vigente. **5. Do Direito de Preempção:** O Poder Público Municipal poderá exercer o direito de preempção para aquisição de imóvel urbano, objeto de alienação onerosa entre particulares quando se tratar de implantação de equipamentos urbanos e comunitários, execução de programas e projetos

habitacionais de interesse social, criação de espaços públicos de lazer e áreas verdes, criação de unidades de conservação ou proteção de outras áreas de interesse ambiental, proteção de áreas de interesse histórico, cultural ou paisagístico, melhorias no sistema viário municipal, regularização fundiária, entre outros. Os imóveis colocados à venda nas áreas a serem delimitadas por lei específica, devem necessariamente ser oferecidos ao Município, que terá preferência para aquisição, pelo prazo de 05 (cinco) anos, renováveis a partir de 01 (um) ano, após o decurso do prazo inicial de vigência. O Poder Executivo Municipal deverá notificar o proprietário do imóvel localizado em área a ser delimitada para o exercício do direito de preferência, dentro do prazo de 30 (trinta) dias, a partir da vigência da lei que a delimitou. **6. Do Direito de Superfície:** O Poder Público poderá conceder onerosamente o direito de superfície do solo, subsolo ou espaço aéreo nas áreas públicas integrantes de seu patrimônio para fins de exploração por parte de concessionárias de serviços públicos. O direito de superfície poderá ser utilizado em todo o território do Município. **7. Do Estudo de Impacto de Vizinhança:** Para empreendimento a serem instalados e que possam causar impactos sobre o seu entorno, terão sua aprovação condicionada à elaboração e aprovação de Estudo de Impacto de Vizinhança (EIV). **8. Da Regularização Fundiária:** A regularização fundiária compreende um processo de intervenção pública, sob os aspectos jurídico, físico e social, que objetiva legalizar a permanência de populações moradoras de áreas urbanas ocupadas em desconformidade com a lei, para fins de habitação, implicando melhorias no ambiente urbano do assentamento, no resgate da cidadania e da qualidade de vida da população beneficiária. A regularização fundiária poderá ser efetivada através dos seguintes instrumentos: I - concessão de direito real de uso; II - concessão de uso especial para fins de moradia, quando se tratar de imóvel público; III - da cessão de posse para fins de moradia; IV - do usucapião especial de imóvel urbano. Neste último o Município admite para aquele que possuir como sua área ou edificação urbana de até 250,00 m² (duzentos e cinquenta metros quadrados), por cinco anos, ininterruptamente e sem oposição, utilizando-a para sua moradia ou de sua família, adquirir-lhe-á o domínio, desde que não seja proprietário de outro imóvel urbano ou rural. As áreas urbanas com mais de 250,00 m² (duzentos e cinquenta metros quadrados), ocupadas por população de baixa renda para sua moradia, por cinco anos, ininterruptamente e sem oposição, onde não for possível identificar os terrenos ocupados por cada

possuidor, são susceptíveis de serem usucapidas coletivamente, desde que os possuidores não sejam proprietários de outro imóvel urbano ou rural, respeitados os requisitos estabelecidos pela legislação pertinente. Estes instrumentos jurídicos e urbanísticos somente poderão ser aplicados após regulamentação específica a ser aprovada através de Lei Complementar Municipal. Na sequência foi discutida a definição do porte das edificações de acordo com os seguintes critérios e usos: a) para o **uso Comunitário e/ou Institucional:** I – Pequeno Porte: edificações de até 250,0 m² (duzentos e cinquenta metros quadrados); II – Médio Porte: edificações de 250,01 m² até 500,0m²; III – Grande Porte: quando for superior aos demais itens relacionados acima; b) para o **uso Industrial e/ou Apoio Industrial:** I – Pequeno Porte: edificações de até 300,0 m² (trezentos metros quadrados); II – Médio Porte: edificações de 300,01 m² até 1.000,0m² (mil metros quadrados); III – Grande Porte: edificações acima de 1.000,1m²; c) para o **uso Comercial e/ou Serviços:** I – Pequeno Porte: edificações de até 100,0 m² (cem metros quadrados); II – Médio Porte: edificações de 100,01 m² até 300,0m² (trezentos metros quadrados); III – Grande Porte: edificações acima de 300,1m². Na tabela de índices urbanísticos acrescentamos aos usos proibidos a diferenciação pelo porte da edificação: Para a ZU1, que é predominantemente residencial, será permitido comércio apenas de pequeno e médio porte e o uso industrial é proibido; na ZU2, que é predominantemente comercial de menor porte, o uso comercial é permitido de qualquer porte e o uso industrial é sujeito a análise; na ZU3, que é predominantemente comercial de maior porte, o uso comercial e industrial é permitido de qualquer porte. O próximo assunto foi à discussão de se estabelecer recuos para as áreas de reflorestamento. Ficou acertado que a Arquiteta Fabiana Meurer entrará em contato com a Assessoria Jurídica da AMAVI quanto a existência de alguma legislação a respeito, e se o município tem competência para legislar sobre este assunto. Para finalizar a reunião foi definida a data da visita técnica à fábrica de cimento da Votorantim Cimentos Brasil S.A. na cidade de Rio Branco do Sul, no Estado do Paraná, para o dia 11 de abril. A reunião foi encerrada às 16:00 hs, estando presentes os seguintes membros, conforme lista de presença assinada em anexo. Vidal Ramos, 27 de março de 2008



2ª Audiência Pública do Plano Diretor de Vidal Ramos

Data: **24/04/2008**

Horário: **14:00 hs**

Local: **Comunidade Kolping**

Objetivo: **Apresentar os resultados da etapa de Proposta do Plano Diretor Municipal e acolher sugestões sobre o tema.**

Nº de Participantes: **85 pessoas assinaram a lista de presença.**

Regulamento da 2ª Audiência Pública:

14:00– 14:30hs

1) Abertura, formação da Mesa de honra, apresentação dos objetivos da Audiência Pública e das Normas que regerão a sessão – **30 minutos.**

14:30 – 15:30hs

2) Apresentação das Propostas do Plano Diretor Municipal aos presentes – **1 hora.**

15:30 – 16:15hs

3) Espaço para sugestões e questionamentos manifestados pelos presentes – **45 minutos.**

16:15 – 16:30hs

4) Encerramento da Audiência Pública – **15 minutos.**

Ata da 2ª Audiência Pública do Plano Diretor do Município de Vidal Ramos: Aos vinte e quatro dias do mês de abril do ano de dois mil e oito, às catorze horas, realizou-se na comunidade Kolping localizada na Rua Gerônimo Back, Centro, a 2ª Audiência Pública do Plano Diretor do município de Vidal Ramos, objetivando apresentar os resultados da etapa de Proposta do Plano Diretor Municipal e acolher sugestões sobre o tema, encerrando assim a 3ª Etapa do trabalho. A audiência foi aberta pelo mestre de cerimônia senhor Edilson Luiz Boing que convidou as seguintes autoridades e lideranças presentes para comporem a mesa de abertura: Nabor José Schmitz - Prefeito Municipal, Zenir Schmitz Boing - Vice-prefeita municipal, Mario Machado - Presidente da Câmara de Vereadores, Dilson Leandro - Presidente do Núcleo Gestor e Fabiana Meurer - Arquiteta Coordenadora do Plano Diretor municipal. Edilson Luiz Boing lê a todos os presentes os objetivos e o regulamento da presente audiência pública. Na sequência o Prefeito Nabor José Schmitz fez o uso da palavra para os pronunciamentos introdutórios de praxe: agradeceu aos membros do núcleo gestor que trabalharam arduamente nesta proposta. Disse que estamos aqui para discutir o futuro e o crescimento do município e a participação da comunidade é importante para que realmente tenhamos um crescimento ordenado e com qualidade. Declarou aberta a audiência pública. A seguir passou-se a palavra à coordenadora do Plano Diretor municipal senhora Fabiana Meurer, Arquiteta da AMAVI para apresentação da

Proposta do Plano Diretor municipal. A proposta apresentada foi composta de Macrozoneamento Municipal, Zoneamento Municipal e Urbano, Índices Urbanísticos, Hierarquia do Sistema Viário Municipal e Urbano, Áreas de Especial Interesse para o município e uma breve explanação sobre os Instrumentos Jurídicos e Urbanísticos do Estatuto das Cidades que poderão ser utilizados no município. Fabiana Meurer explicou também que o próximo passo será a elaboração do projeto de lei do Plano Diretor e o seu encaminhamento à Câmara de Vereadores para aprovação. Na sequência fez-se novamente a mesa para coordenar os trabalhos e é aberto espaço para sugestões e questionamentos manifestados pelos presentes em face do conteúdo apresentado, encaminhados por escrito ou através de manifestação oral. Prefeito Nabor explica que não será mais construída a casa da cidadania e sim o fórum municipal com área prevista de quatrocentos e sessenta e oito metros quadrados e será utilizada área junto à prevista para o anfiteatro para sua implantação. O Sr. Heinz Stoltenberg sugere a implantação de um canal extravasor para o trânsito no centro da cidade, também chamado de via beira rio. Sugere também passeios mais largos na Rua Santa Cruz: quatro metros de largura mais a implantação da ciclovia, tendo em vista que lá se instalará uma escola, plantio de árvores nos passeios públicos, utilização da casa da Olga Koerich para implantação da casa da cidadania

ou do museu municipal. Comenta que existem mais algumas minas de extração de argila que não foram citadas: em Chapadão do Tigre, Molungu e São Domingos. Acha que deve ser previsto ginásio de esportes cobertos em outras comunidades além das citadas e que os edifícios residências devam ter no mínimo duas vagas de garagem por apartamento. Para as edificações existentes que não possuem garagem deva ser estipulado um prazo para sua regulamentação. Fabiana Meurer explica que essa questão das vagas de garagens já está contemplada na proposta através de uma tabela, e o número mínimo de vagas varia conforme a área construída e o uso da edificação. Nabor José Schmitz acha que para regularizar as situações existentes é um pouco complicado, mas com a tendência de crescimento do município se possa adotar um sistema de rodízio de estacionamentos no centro, além da definição de pontos de táxi e de vans. Zenir Schmitz Boing sugere na área da saúde a possibilidade de implantação de postos de saúde nas comunidades mais longes do centro, na parte alta e na parte baixa do município. Gostaria que fosse incluído nas Áreas de Especial Interesse Turístico, o novo parque da Doce Festa e a Gruta do Barnabé. Na área de esportes sugere a construção de áreas de lazer na área do assentamento abrangendo as comunidades de Rio dos Couros e Fazenda Rio Bonito e quem sabe também na Comunidade do Salseiro. Diz que há várias ruas calçadas na cidade com seis metros de largura, sugere a adoção de mão única nestas ruas mais estreitas. Cleusa Kreusch Boing diz que não ficou claro na apresentação das Áreas de Especial Interesse Histórico Cultural qual é a antiga casa Paroquial e a casa dos Padres. A dúvida é esclarecida pelo Secretário da Educação Nelson Back. Fazer correção do nome “antiga Casa Paroquial” para “antigo Salão Paroquial”. Heinz Stoltenberg acha que deve ser cobrado do Governo do Estado, por intermédio do Secretário Regional Sr. Elias Souza, a implantação da pavimentação asfáltica da rodovia até Botuverá e a melhoria dos acessos com a implantação de rótulas. Prefeito Nabor diz que o Governo do Estado tem sendo um grande parceiro do município e que a pavimentação da rodovia deve acontecer juntamente com a implantação da fábrica de cimento. Batoreté Leandro Lyra, pergunta sobre os três córregos que cortam o asfalto e descem pra área urbana, acha que estes córregos poderiam ser canalizados e não respeitado os quinze metros de recuo. Sugere que poderia ser implantada uma trilha ecológica no Parque Chapéu das Águas e se oferece a trabalhar na trilha. Fala também da existência de um grande pé de roseira próximo ao Chapéu das Águas que poderia se tornar um atrativo turístico. Graziela Farias Boing sugere a definição de local para a implantação de um novo cemitério e para a

rodoviária, pede sugestões de terrenos para implantação destes dois equipamentos aos presentes. Laércio da Cruz, diz que faz parte do núcleo gestor representando os vereadores, faz réplica ao Sr. Heinz Stoltenberg com relação ao questionamento ao Secretário Regional Elias Souza pela promessa do asfalto. Diz que o projeto de pavimentação já está em fase de elaboração e o valor da obra já está garantido. O mestre de Cerimônias Edilson Luiz Boing, diz que esse assunto do asfalto já está resolvido e pede aos presentes que se atenham ao conteúdo que está sendo debatido. Pergunta se será feita alguma definição de recuos na área rural para a plantação de eucaliptos ou se será adotado os três metros, e se temos autonomia para deliberar sobre estas questões. Fabiana Meurer esclarece que os três metros de recuo na área rural são para edificações não para plantações ou reflorestamentos. Diz que esse assunto foi discutido com o núcleo gestor e foi consenso que não incluiríamos este item no Plano Diretor e se o município tiver interesse de regulamentá-lo isso pode ser feito a qualquer momento através da aprovação de uma lei municipal específica. Quanto ao que foi sugerido da implantação do cemitério e da rodoviária, estas propostas já estão incluídas nas diretrizes do Plano Diretor. Cleusa Kreusch Boing sugere que ao invés de se pensar em fazer um cemitério novo, que seja implantado no cemitério atual o sistema de gavetas que ocupa menos espaço. Leandro Gerônimo Lyra acha que o recuo de quinze metros ao longo dos cursos d’ águas deve ser mantido, e que a cidade irá ganhar com isso. Diz que esse assunto cabe discussão, se queremos uma cidade toda de concreto ou com corredores ecológicos. Cabe o bom senso de cada proprietário de discutir e tornar isso uma lei municipal. Sugere também que as novas edificações tenham obrigatoriedade de implantar cisternas para captar a água das chuvas. Com relação ao lazer, principalmente noturno, pede que seja feita a iluminação do campo de futebol do Clube Fluminense. Edilson Luiz Boing diz que não compete a nós discutirmos sobre os recuos dos rios, que esse assunto já é regido por lei federal. Zenir Schmitz Boing também acha que deve ser previsto um local para a prática de esporte e caminhadas próxima a área urbana, sugere a via beira rio ou a estrada do macaco. Erna Bett Jonck sugere a implantação na localidade de Baixo Molungu de um Centro Educacional que acolhe os alunos das Comunidades de Fazenda Rio Bonito, Corticeira, Rio dos Couros, Molungu e Baixo Molungu. O prefeito Nabor Schmitz, diz que ao lado para fábrica

irão se formar empresas que darão apoio e suporte a Votorantim. Sugere a ampliação do atual perímetro urbano até a Praça Stoltemberg. Iolanda Rocha Lyra, pergunta se tem alguma solução com relação às enchentes no centro. O Prefeito Nabor comenta que é feito periodicamente a dragagem do Rio Itajaí - Mirim e que isso tem ajudado bastante. Acha que deveria ser feito também muro de arrimo ao longo das margens do rio para evitar a erosão. Nilza Juttel Duarte, acha que além de implantar o sistema de gavetas no cemitério deve ser feita uma cripta. Incentivar o turismo principalmente da parte sul do município onde nasce o Rio Itajaí - Mirim e criar rotas turísticas: Rota das Cachoeiras e a Rota do Calcário em direção a Botuverá. Maria da Glória de Souza Floriani pede que realmente saia do papel a recuperação do Rio Itajaí - Mirim. Sugere a implantação de uma COHAB para as famílias pobres que tem que pagar aluguel. Nilza Juttel Duarte acha que deve ser padronizado o calçamento dos passeios. Maria da Glória de Souza Floriani pede a implantação de um centro

de tratamento de esgotos. Fabiana Meurer explica que o saneamento básico está contido nas diretrizes do Plano Diretor e que a proposta de implantação de casas populares é de preferência de forma isolada e não concentrada em forma de conjunto habitacional. Zenir Schmitz Boing acha que a exemplo do Parque Chapéu das Águas deva ser criado outro parque nas nascentes do Rio Itajaí - Mirim. Dílson Leandro diz que o Plano Diretor é tarefa de todos e não somente do Núcleo Gestor, todos os habitantes tem sua contribuição no desenvolvimento do município. Nada mais havendo a tratar, o Prefeito Municipal, por volta das dezesseis e trinta horas, deu por encerrada a audiência, gravando-se em áudio a mesma e lavrando-se a presente ata, para fins de atendimento ao inciso V, art. 8º da Resolução CONCIDADES 25/05, de 18/03/05. Vidal Ramos, 24 de abril de 2008.



ELABORAÇÃO DO PROJETO DE LEI

O primeiro passo desta quarta e última etapa de elaboração do Plano Diretor Participativo é a discussão e revisão das Propostas com base no resultado da 2ª Audiência Pública.

Na sequência inicia-se a discussão do projeto-de-lei com o Núcleo Gestor de Planejamento Territorial – NGPT, baseado nas propostas e diretrizes.

Reunião de Avaliação da 2ª Audiência Pública do Plano Diretor do Município de Vidal Ramos

Data: **08/05/2008**

Horário: **14:00 hs**

Local: **Câmara de Vereadores**

Pauta do Dia: **Avaliação da 2ª Audiência Pública do Plano Diretor**

Nº de Participantes: **12 pessoas**

Ata da Reunião de Avaliação da 2ª Audiência Pública do Plano Diretor do Município de Vidal Ramos: Aos oito dias do mês de maio do ano de dois mil e oito, às catorze horas, reuniram-se na Câmara de Vereadores, os membros do Núcleo Gestor de Planejamento Territorial (NGPT) para a reunião de avaliação da segunda Audiência Pública do Plano Diretor Municipal. A Arquiteta da Amavi, Sra. Fabiana Meurer abriu a reunião apresentando ao grupo os principais pontos de discussão e as principais sugestões apresentadas durante a realização da segunda Audiência Pública, no dia vinte e quatro do mês de abril. Após a discussão ficou definido conforme consenso do grupo: I – será inserido na proposta como diretriz as seguintes sugestões: a) implantação de áreas de esporte e lazer em outras comunidades que necessitem além das citadas na proposta; b) definição de local para a implantação de um novo cemitério no centro e para o terminal rodoviário; c) incentivar o turismo principalmente da parte sul do município onde nasce o Rio Itajaí - Mirim e criar rotas turísticas: Rota das Cachoeiras e a Rota do Calcário em direção a Botuverá; d) implantar programa de arborização urbana nos passeios públicos; e) dar incentivos a implantação do fórum e da Comarca de Vidal Ramos; f) implantar novas Unidades de Conservação no município, a exemplo do Parque Chapéu das Águas, criando outro parque nas nascentes do Rio Itajaí - Mirim. II – incluir nas Áreas de Especial Interesse Turístico – AIT, o novo parque da Doce Festa, a Gruta do Barnabé e o Morro do Barnabé; III – incluir nas Áreas de Especial Interesse de Utilização Pública – AIUP, várzea localizada na Comunidade de Baixo Molungu para a prática do lazer e caminhadas; IV – retirar da Área de Especial Interesse de

Utilização Pública – AIUP o terreno previsto para implantação da Casa da Cidadania; V – substituir na Área de Especial Interesse Histórico e Cultural – AIHC, os nomes das edificações propostas: o antigo Salão Paroquial é a atual Casa do Prefeito Nabor e a Antiga Casa Paroquial é a atual Escola de Música; VI – inserir na Zona Rural 3 – ZR3 mais algumas áreas de extração mineral no município: minas de extração de argila nas Comunidades de Chapadão do Tigre, Molungu e São Domingos, minas de extração de areia na Comunidade de Alto Santa Luiza e minas de extração de pedra nas comunidades de Fatura e Cinema; VII – inserir como Zona Rural 4 – ZR4 área nas proximidades da área de instalação da fábrica de cimento para acolher as empresas que darão suporte a fábrica; VIII – ampliação da Zona Rural 6 – ZR6, considerada de expansão urbana, no sentido sul margeando a Estrada Geral Molungu até a Escolinha do Baixo Molungu; na faixa existente ao longo da Rodovia SCT-486 passar de 200 (duzentos) metros para 300 (trezentos) metros; e na direção leste seguir margeando a Rodovia SCT-486 até o final do Loteamento Stoltenberg, na Comunidade Praça Stoltenberg, de um lado até o rio e pelo outro lado em uma faixa de 200 (duzentos) metros a partir do eixo da rodovia; IX – a definição de recuos na área rural para a plantação de pinus e eucaliptos, continua a proposta inicial de ser criada lei municipal específica para regulamentar esse assunto; X – quanto a sugestão de obrigatoriedade de se implantar cisternas para captar a água das chuvas nas edificações, ficou para ser discutido na próxima reunião, marcada para o dia 29 de maio. A reunião foi encerrada às 16:00 hs, estando presentes os seguintes

membros, conforme lista de presença assinada em anexo. Vidal Ramos, 08 de maio de 2008

1ª Reunião de Discussão do Projeto-De-Lei do Plano Diretor do Município de Vidal Ramos

Data: **29/05/2008**

Horário: **14:00 hs**

Local: **Câmara de Vereadores**

Pauta do Dia: **Discussão do Projeto-De-Lei do Plano Diretor**

Nº de Participantes: **14 pessoas**

Ata da 1ª Reunião de Discussão do Projeto-De-Lei do Plano Diretor do Município de Vidal Ramos:

Aos vinte e nove dias do mês de maio do ano de dois mil e oito, às catorze horas, reuniram-se na Câmara de Vereadores os membros do Núcleo Gestor de Planejamento Territorial (NGPT) para a primeira reunião de discussão do projeto de lei do Plano Diretor Municipal. A Arquiteta da Amavi, Sra. Fabiana Meurer abriu a reunião dizendo aos presentes que todas as propostas discutidas estão inseridas no projeto de lei, inclusive as prioridades definidas no diagnóstico que foram inseridas na forma de diretrizes no Capítulo de Políticas Públicas Setoriais. Passou-se então a uma leitura do projeto de lei e discussão dos assuntos mais polêmicos ou ainda não totalmente discutidos. Após a discussão ficou definido conforme consenso do grupo: 1. No Capítulo III – Das Políticas Públicas Setoriais, Seção XII – Da Política Municipal do Sistema de Planejamento Municipal, ver qual a definição de Secretarias, Departamentos e Fundações para ver a denominação que melhor se adapta as diretrizes desta seção. 2. No Capítulo IV – Do Macrozoneamento e do Uso e Ocupação do Solo,

Seção V – Das Áreas de Preservação Permanente, Art. 73, no parágrafo 1º acrescentar que os lotes de todo o município deverão observar os limites e parâmetros de ocupação estabelecidos pela legislação federal e estadual existente; retirar o parágrafo 2º que trata das áreas de preservação permanente em áreas urbanas. 3. No Capítulo IV – Do Macrozoneamento e do Uso e Ocupação do Solo, Seção VI – Das Áreas de Especial Interesse, Subseção I – Das Áreas de Especial Interesse Ambiental, alterar na Área de Interesse Ambiental 01 – AIA 01, a área ao longo das nascentes do Rio Itajaí Mirim, para áreas ao longo da APP das nascentes do Rio Itajaí Mirim nas Comunidades de Fazenda do Céu e Tifa do Porto, entendida esta área como de interesse de implantação de Unidade de Conservação Municipal. Pelo adiantado da hora, o restante da lei, a partir do Capítulo V - Dos Parâmetros para Uso e Ocupação do Solo será discutido na próxima reunião, marcada para o dia 04 de junho. A reunião foi encerrada as 16:00 hs, estando presentes os seguintes membros, conforme lista de presença assinada em anexo. Vidal Ramos, 29 de maio de 2008.

2ª Reunião de Discussão do Projeto-de-Lei do Plano Diretor do Município de Vidal Ramos

Data: **04/06/2008**

Horário: **14:00 hs**

Local: **Sala do Prefeito Municipal**

Pauta do Dia: **Discussão do Projeto-De-Lei do Plano Diretor**

Nº de Participantes: **11 pessoas**

Ata da 2ª Reunião de Discussão do Projeto-De-Lei do Plano Diretor do Município de Vidal Ramos:

Aos quatro dias do mês de junho do ano de dois mil e oito, às catorze horas, reuniram-se na Sala do Prefeito, na Prefeitura Municipal de Vidal Ramos, os membros do Núcleo Gestor de Planejamento Territorial (NGPT) para a segunda reunião de discussão do projeto de lei do Plano Diretor Municipal. Antes do início da discussão da pauta do dia, o Sr. Leandro G. Lyra, representante

da CASAN, solicitou a palavra para novamente discutirmos os recuos das Áreas de Preservação Permanente – APP na área urbana. Baseado na Resolução do CONAMA nº 369/06 ele sugere que para não ferirmos o Código Florestal, continuamos adotando o recuo de 30 (trinta) metros, entretanto criamos um instrumento que permita a intervenção e construção nos 15 (quinze) metros mais distantes do rio (50% de uso da APP), mediante

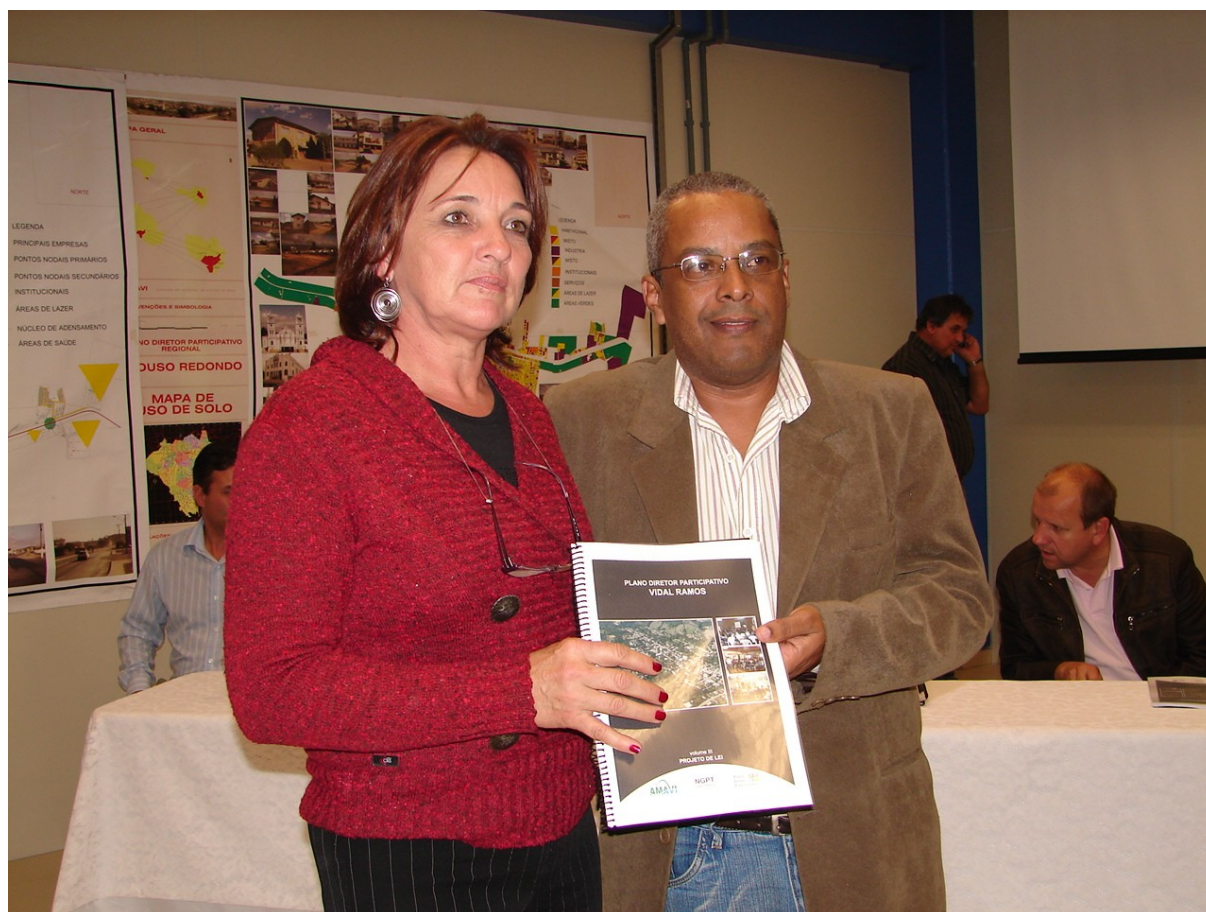
caráter compensatório, que consista na efetiva recuperação ou recomposição da APP, dentro do município de Vidal Ramos, preferencialmente nas cabeceiras dos rios. Sugeriu também que deva constar no Plano Diretor a exigência de formação do Conselho Municipal de Meio Ambiente – CONDEMA com caráter deliberativo, e acha que o Plano Diretor deveria apontar para a criação de uma Fundação de Meio Ambiente. O grupo achou as sugestões adequadas, aceitando a alteração do Art. 73, dizendo que deverá ser seguido os limites e parâmetros de ocupação estabelecidos pela legislação federal existente, abrindo-se a possibilidade de se construir nos 15 (quinze) metros mais distantes do rio, mediante medida compensatória a ser regulamentada por lei complementar a posteriori e a alteração dos incisos do Art. 54 para: II – implantar e estruturar o Órgão Municipal do Meio Ambiente com profissionais habilitados, dando-se preferência à criação de uma Fundação Municipal de Meio Ambiente; IV – criar e implantar o Conselho Municipal de Meio Ambiente em caráter deliberativo. A Arquiteta da AMAVI, Sra. Fabiana Meurer deu sequência a reunião dizendo aos presentes que continuaremos a leitura do

projeto de lei e discussão dos assuntos mais polêmicos ou ainda não totalmente discutidos, seguindo a partir do Capítulo V – Dos Parâmetros para Uso e Ocupação do Solo. Após a discussão ficou definido conforme consenso do grupo: 1. No Capítulo V – Dos Parâmetros para Uso e Ocupação do Solo, Seção III – Da Conservação e Uso Racional da Água nas Edificações, Art. 107, retirar o parágrafo 1º que fala da forma de instalação do sistema de captação de águas das chuvas. 2. No Capítulo VI – Do Parcelamento do Solo, no Art. 110 retirar o parágrafo 3º que trata do parcelamento do solo nas faixas não edificáveis; no Art. 112, retirar os parágrafos 1º e 2º que estipulam prazos para registro do parcelamento do solo no Cartório de Registro de Imóveis. 3. No Capítulo IX – Disposições Finais e Transitórias, alterar o art. 163, que trata da data em que a lei entrará em vigor, de 90 (noventa) para 30 (trinta) dias. A reunião foi encerrada as 16:00 hs, estando presentes os seguintes membros, conforme lista de presença assinada em anexo. Vidal Ramos, 04 de Junho de 2008.

ENTREGA DO PLANO DIRETOR AO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL

A entrega do Plano Diretor Participativo de Vidal Ramos ao Poder Executivo Municipal foi durante uma Assembléia Geral da Associação dos Municípios do Alto Vale do Itajaí - AMAVI, realizada dia 11 de Julho em Pouso Redondo, onde foram entregues mais 16 Planos Diretores da região. Esse trabalho é considerado inédito, uma vez que, pequenos e médios municípios, mesmo sem exigência legal, elaboraram seus planos diretores. A partir de agora, com o plano diretor, outros projetos poderão ser executados nos municípios, como o plano municipal de saneamento, plano de habitação de interesse social, plano regional de turismo, enfim, muitos outros que têm como objetivo o desenvolvimento ordenado e planejado.

Para a elaboração do Plano Diretor foram chamadas as comunidades locais, as quais participaram ativamente de todo o processo, que terá continuidade nos próximos anos através da sua implementação. Na ocasião da entrega, o presidente da AMAVI, prefeito Paulo Cezar Schlichting da Silva destacou o empenho dos ex-presidentes, que em anos anteriores deram início e continuidade a esse projeto, e especialmente a equipe de arquitetos da AMAVI, que assumiu a responsabilidade técnica do trabalho.



MATERIAL DE DIVULGAÇÃO

Convite 1ª Audiência Pública

Convite

A Associação dos Municípios do Alto Vale do Itajaí
e a Prefeitura Municipal,
têm o prazer de convidá-lo para
a Audiência Pública do Plano Diretor Participativo
desta cidade.

Data: 25/10/2007 Horário: 14:00 hs

Local: Comunidade Kolping

Plano 
Diretor 
Participativo



AMAVI
Associação dos Municípios do Alto Vale do Itajaí
PREFEITURA MUNICIPAL

Convite 2ª Audiência Pública

Convite

A Associação dos Municípios do Alto Vale do Itajaí
e a Prefeitura Municipal,
têm o prazer de convidá-lo para
a Audiência Pública do Plano Diretor Participativo
desta cidade.

Data: 24/04/2008 Horário: 14:00hs

Local: Casa Kolping

Plano 
Diretor 
Participativo



AMAVI
Associação dos Municípios do Alto Vale do Itajaí
PREFEITURA MUNICIPAL

Banner de divulgação



Ajude a fazer a cidade de todos.



O País está se preparando para um novo ciclo de crescimento. Para que este desenvolvimento seja incluyente e sustentável é fundamental planejar as cidades de forma participativa. Por isso, o Governo Federal, por intermédio do Ministério das Cidades, está convidando você a participar do planejamento da sua cidade. Procure a prefeitura, a câmara municipal, entidades ou associações de sua cidade. **Informações no www.cidades.gov.br**

Participantes:

Assinatura: 

Ministério das Cidades 